



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA CAMPUS GRAJAÚ**  
**LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS/GEOGRAFIA**

**A CONDIÇÃO DA MULHER NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E ESTUDO**

**Andréia Paiva de Castro Oliveira**

Grajaú – MA

2023

Andréia Paiva de Castro Oliveira

## **A CONDIÇÃO DA MULHER NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E ESTUDO**

Trabalho de Conclusão de curso (TCC), para obtenção de título do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/Geografia da Universidade Federal do Maranhão-UFMA- Campus Grajaú.

Orientador (a): Dr. Samuel Correa Duarte.

Grajaú - MA

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Castro Oliveira, Andréia.

A Condição da Mulher nas Relações de Trabalho e Estudo  
/ Andréia Castro Oliveira. - 2023.

87 f.

Orientador(a): Samuel Correa Duarte.

Curso de Ciências Humanas - Geografia, Universidade  
Federal do Maranhão, Grajaú-MA, 2023.

1. Desigualdade. 2. Educação. 3. Feminismo. 4.  
Mulher. 5. Trabalho. I. Correa Duarte, Samuel. II.  
Título.

Andréia Paiva de Castro Oliveira

**A CONDIÇÃO DA MULHER NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E ESTUDO**

Trabalho de Conclusão de curso (TCC), para  
obtenção de título do curso de Licenciatura  
Interdisciplinar em Ciências Humanas/Geografia  
da Universidade Federal do Maranhão-UFMA-  
Campus Grajaú.

Local, Grajaú- MA de 08 de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Samuel Correa Duarte  
(Orientador)  
Universidade Federal do Maranhão- Campus Codó

Profa. Ma Profa. Ma. Lucinete Fernandes Vilanova  
(Avaliadora)  
Universidade Federal do Maranhão- Campus Codó

Profa. Ma. Caroliny Santos Lima  
(Avaliadora)  
Universidade Federal do Maranhão- Campus Grajaú

Dedico este trabalho a Deus, a minha família aos meus colegas do curso, e aos meus professores, dedico à todos os que me ajudaram ao longo desta caminhada. Foi pensando na luta das mulheres que realizei este projeto, por isso dedico este à todas aquelas a quem esta pesquisa possa ajudar de alguma forma, pois a conclusão deste trabalho resume-se em dedicação.

*“O lugar que almejamos é a terra onde os humanos ainda são tão perigosos quanto divinos, onde o que é derrubado cresce de novo, e onde os ramos das árvores mais velhas florescem por mais tempo. A mulher oculta conhece esse lugar. Ela conhece. E você também.”*

-Clarissa Pinkola Estés

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por todas as oportunidades a mim dada. À Instituição por proporcionar um ambiente criativo e amigável.

Agradeço a todos os meus professores que me acompanharam ao longo do curso e que, com empenho, se dedicam à arte de ensinar. Especialmente ao professor Dr. Samuel Correa, que foi o responsável por orientar meu trabalho.

Agradeço à minha família, em especial meu pai e minha mãe, Damião e Maria Sagrada, que com seu incentivo me fizeram chegar à conclusão do meu curso e começo de uma nova carreira. Sou grata ao meu marido Pedro Henrique, que nunca me recusou amor, apoio e incentivo. Obrigada as minhas filhas Maria Clara e Ingrid, por depositarem em mim carinho e confiança. Sem vocês ao meu lado o trabalho não seria concluído.

A todos os meus amigos, particularmente Julia e Valmerson, meus sinceros agradecimentos. Vocês desempenharam um papel significativo no meu crescimento, e devem ser recompensados com minha eterna gratidão.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte de minha formação, o meu muito obrigada.

## RESUMO

Tratar da condição da mulher nas relações de trabalho e estudo é uma abordagem extremamente pertinente para a sociedade atual visto que a mulher tem ganhado espaços dentro dos âmbitos profissional e educacional. Este estudo tem a intenção de ressaltar as conquistas femininas ao longo dos anos e suas lutas pela emancipação, trazendo como análise o contexto cultural e a relação da mulher e sua pluralidade dentro das relações de trabalho, estudo e ainda sendo mãe e dona de casa. Deste modo o trabalho foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica e de pesquisa de campo onde se observa o processo histórico da mulher na sociedade, o empoderamento do sexo feminino através da educação bem como a manifestação do feminismo na luta por direitos de igualdade. Seguindo a pesquisa faz-se análise da ascensão da mulher no mercado de trabalho, a luta por direitos trabalhistas e a busca por qualificação no mercado de trabalho. As condições de acesso e permanência da mulher na educação também é um importante assunto que é ressaltado neste trabalho. Toda a pesquisa se desenvolve fazendo o contraponto entre o contexto histórico baseando-se em autores referências que validam o pensamento da pesquisadora, e é complementado com as entrevistas coletadas durante a investigação, onde são apresentados os resultados obtidos. Durante toda a elaboração as hipóteses levantadas vão-se confirmando e surgindo fatos novos que colaboraram para entender o problema central dessa investigação. E foi-se percebendo a necessidade de expandir a temática para homens e mulheres, homens para que reflitam sobre a importância da mulher e as respeitem como de fato merecem, e mulher, para que conheçam seus direitos, sua força e seu potencial.

**Palavras-Chave:** Mulher, desigualdade, feminismo, educação, trabalho.

## ABSTRACT

Dealing with the condition of women in work and study relationships is an extremely relevant approach for today's society, as women have gained space within the professional and educational spheres. This study intends to highlight women's achievements over the years and their struggles for emancipation, bringing as an analysis the cultural context and the relationship of women and their plurality within work relationships, study and still being a mother and housewife. In this way, the work was elaborated from a bibliographic research and field research where the historical process of women in society is observed, the empowerment of the female sex through education as well as the manifestation of feminism in the fight for equal rights. Following the research, an analysis is made of the rise of women in the labor market, the struggle for labor rights and the search for qualification in the labor market. The conditions of access and permanence of women in education is also an important issue that is highlighted in this work. The entire research is developed making the counterpoint between the historical context based on reference authors that validate the researcher's thinking, and is complemented with the interviews collected during the investigation, where the results obtained are presented. Throughout the elaboration, the hypotheses raised are confirmed and new facts emerge that collaborate to understand the central problem of this investigation. And the need to expand the theme to both men and women was perceived, men so that they reflect on the importance of women and respect them as they really deserve, and women, so that they know their rights, their strength and their potential.

**Keywords:** Woman, inequality, feminism, education, work.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 O PROCESSO HISTÓRICO DA MULHER NA SOCIEDADE: Dominação masculina e a heteronormatividade .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1 A manifestação do feminismo na luta por direitos de igualdade .....</b>	<b>16</b>
<b>3 A ASCENSÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO .....</b>	<b>23</b>
<b>3.1 A luta por direitos trabalhistas.....</b>	<b>24</b>
3.1.1 Dia da mulher .....	25
3.1.2 As mudanças na Consolidação das Leis Trabalhistas para a lactante .....	26
3.1.3 Princípio da proibição do retrocesso social .....	27
<b>3.2 A busca por qualificação no mercado de trabalho .....</b>	<b>28</b>
<b>3.3 As condições de acesso e permanência da mulher na educação .....</b>	<b>29</b>
<b>4. METODOLOGIA.....</b>	<b>31</b>
<b>5. ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>32</b>
<b>5.1 A importância do Feminismo .....</b>	<b>32</b>
<b>5.2 A influência do patriarcalismo .....</b>	<b>35</b>
<b>5.3 A influência da escolaridade.....</b>	<b>38</b>
<b>5.4 A mulher no mercado de trabalho .....</b>	<b>41</b>
<b>5.5 Ambiente de trabalho: homem x mulher .....</b>	<b>44</b>
<b>5.6 A permanência da mulher nos estudos e trabalho .....</b>	<b>46</b>
<b>5.7 As políticas públicas como garantia da efetividade de direitos .....</b>	<b>50</b>
<b>5.8 A dupla jornada .....</b>	<b>53</b>
<b>5.9 A valorização do trabalho feminino.....</b>	<b>56</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>60</b>
<b>7 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>62</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>67</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se propõe a tratar sobre a condição da mulher nas relações de trabalho e estudo. A modernidade traz consigo uma herança social que atua como amarras que prendem as mulheres aos costumes familiares e que, apesar do desejo de mudança, mesmo atuando e vivendo em diferentes grupos sociais, acabam por permanecerem ligadas à dominação masculina perpetuada pelas estruturas sociais. O presente trabalho procura analisar por meio de uma pesquisa empírica o contexto cultural, a relação social da mulher e sua inserção nas relações de trabalho, estudo, mãe de família e dona de casa, bem como as bibliografias sobre o contexto social da mulher, para identificar a realidade da mulher dentro da família, e no meio social e cultural, verificando a hierarquização e a influência dos parâmetros sociais entre mulheres no ambiente de estudo.

A escolha desta temática se deu através da experiência como observadora dentro de uma sociedade de cultura hierárquica e padronizada no modelo de família tradicional, em que as mulheres são em grande parte submetidas e limitadas ao trabalho doméstico não remunerado e tratadas de modo generalizado como inferiores e incapazes.

Para a obtenção dos dados com vistas ao desenvolvimento e conclusão desta pesquisa, a qual visa obter resultados que envolve maior familiaridade no assunto. De acordo com GIL (2008, p. 8).

A ciência tem como objetivo fundamental chegar à veracidade dos fatos. Neste sentido não se distingue de outras formas de conhecimento. O que torna, porém, o conhecimento científico distinto dos demais é que tem como característica fundamental a sua verificabilidade.

Através desta, havendo um levantamento de fatos ou acontecimentos obtidos por meio de pesquisa bibliográfica e estudo de caso empírico, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa. A pesquisa em tela terá cunho qualitativo, onde os sujeitos terão uma autenticidade sobre o tema de forma dinâmica e havendo maior proximidade com a realidade do cotidiano da mulher.

A pesquisa fenomenológica parte do cotidiano, da compreensão do modo de viver das pessoas, e não de definições e conceitos, como ocorre nas pesquisas desenvolvidas segundo a abordagem positivista. Assim, a pesquisa desenvolvida sob o enfoque fenomenológico procura resgatar os significados atribuídos pelos sujeitos ao objeto que está sendo estudado. As técnicas de pesquisa mais utilizadas são, portanto, de natureza qualitativa e não estruturada. (GIL, 2008, p. 14)

Essa pesquisa tem como foco principal, mas não exclusivo, mulheres em condições de vulnerabilidade social, onde é exponencial o grau de obstáculos e dificuldades vividos por elas para conciliar múltiplas atividades, como, por exemplo, o trabalho doméstico, a carreira profissional e os estudos. Em que a desvalorização do gênero feminino é flagrante e se encontra arraigado nas estruturas sociais. Em contraposição a essa situação é que emerge o pensamento feminista.

Ao invés de aceitar a subordinação feminina como algo natural, o pensamento feminista sustenta que ela é decorrente das maneiras como a mulher é construída socialmente. Isto se torna essencial, visto que, a ideia subjacente é a de que o que é construído pode ser modificado. (BARROS, 2017, p. 2)

Os dados foram obtidos por meio de questionários, no qual obtivemos o envolvimento de um grupo constituído por 5 mulheres. A partir dos questionários construídos e as informações relatadas, procuramos estabelecer um diálogo entre teoria e realidade, enfocando o contexto da condição da mulher nas relações de trabalho e estudo.

Trata-se de uma técnica direta, já que há um contato com informantes. Trata-se, também, de uma observação não-dirigida, na medida em que a observação da realidade continua sendo o objetivo final e, habitualmente, o pesquisador não intervém na situação observada. Trata-se, ainda, de uma análise qualitativa, uma vez que entram em jogo anotações para descrever e compreender uma situação, mais do que números para enumerar as frequências de comportamentos. (POUPART, 2008, p. 4)

Diante o posicionamento de Poupert, é possível observar que há uma maior possibilidade de interação entre as respostas das entrevistadas, para que ocorra melhor aproveitamento durante a pesquisa qualitativa, e a análise das informações junto a fundamentação teórica. Reforçando essa ideia, Gui (2003, p. 140) ressalta que, “*O principal interesse é que seja recriado, desse modo, um contexto ou ambiente social onde o indivíduo pode interagir com os demais, defendendo, revendo, ratificando suas próprias opiniões ou influenciando as opiniões dos demais.*”.

## 2 O PROCESSO HISTÓRICO DA MULHER NA SOCIEDADE: Dominação masculina e a heteronormatividade

Qual o lugar da mulher na sociedade? A condição da mulher no meio social no decorrer da história traz o questionamento dos papéis que geralmente lhe foram atribuídos, onde historicamente era vista como um ser não atuante tanto nas decisões sociais, políticas, como no ambiente familiar.

Foi no século XVII que começaram a se organizar movimentos de luta pela emancipação feminina, a partir dos escritos de Olympe de Gouges, Mary Woolstonecraft e outras mais, que mostravam a necessidade de conquistar a cidadania através do voto e da participação política. Virginia Woolf escreveu em seu diário, na década de 20, que na Inglaterra daquele começo de século a natureza humana estava mudando (LODI, 2006, p. 153).

É notória a exclusão da mulher no meio social, tanto no ambiente laboral quanto no meio cultural abrangente, e dentro desse espaço se construiu um papel subalterno para a mulher, por um lado; contraposto pela busca pelos direitos para exercer funções de liderança e comando no meio socioindustrial, cultural e familiar, por outro lado.

O problema é o seguinte: como se explica que, em uma sociedade como a nossa, a sexualidade não seja simplesmente aquilo que permita a reprodução da espécie, da família, dos indivíduos? Não seja simplesmente alguma coisa que dê prazer e gozo? Como é possível que ela tenha sido considerada como o lugar privilegiado em que nossa "verdade" profunda é lida, é dita? Pois o essencial é que, a partir do cristianismo, o Ocidente não parou de dizer "Para saber quem és, conheças teu sexo". O sexo sempre foi o núcleo onde se aloja, juntamente com o devir de nossa espécie, nossa "verdade" de sujeito humano. (FOUCAULT, 1979, p. 127).

Nesse sentido, dada a dominação masculina e a heteronormatividade, a formação da identidade sexual é estabelecida no nascimento, homem ou mulher, assim seu papel na sociedade é lançado, de forma a seguir os padrões e estilos de identidades sociais padronizados pela sociedade, com comportamentos coerentes com sua sexualidade.

Esse processo histórico da dominação imposta pela classificação sexual. A partir do século XIX tem se intensificado a reivindicação por igualdade de gênero tanto no meio social, quanto no âmbito familiar. *“Durante um longo período da história da humanidade, a mulher foi considerada como um mal necessário, um ser inferior, sistematicamente depreciado pelos homens. As atividades masculinas eram consideradas dignas de glória e imortalidade.”* (LODI, 2006, p. 150) A mulher no decorrer da história tem se mostrado como a base para libertação e quebra dos paradigmas impostos pelo patriarcado, onde se exclui a submissão das

regras pré-estabelecidas historicamente, em que a desafia a ir contra o poder masculino, e instiga a ir rumo a liberdade.

O que eu gostaria precisamente de mostrar, em relação a tudo que atualmente se diz a respeito da liberação da sexualidade, é que o objeto sexualidade é, na realidade, um instrumento formado há muito tempo e que se constituiu como um dispositivo de sujeição milenar. O que existe de importante nos movimentos de liberação da mulher não é a reivindicação da especificidade da sexualidade e dos direitos referentes à esta sexualidade especial, mas o fato de terem partido do próprio discurso que era formulado no interior dos dispositivos de sexualidade. Com efeito, é como reivindicação de sua especificidade sexual que os movimentos aparecem no século XIX. Para chegar a que? Afinal de contas, a uma verdadeira desatualização... a um deslocamento em relação à centralização sexual do problema, para reivindicar formas de cultura, de discurso, de linguagem, etc., que são não mais esta espécie de determinação e de fixação a seu sexo que de certa forma elas tiveram politicamente que aceitar que se fazer ouvir. O que há de criativo e de interessante nos movimentos das mulheres é precisamente isto. (FOUCAULT, 1979, p. 156)

A normalidade da sociedade imposto para a mulher é com rigor, de mulher prendada, que exhibe devoção ao lar e se dedica aos cuidados com os padrões de beleza vigentes. O meio social assim sendo normatizado com o homem no poder e a mulher na devoção, o poder normativo exercido, faz com que o papel indenitário estigmatizado, esteja de acordo com as regras estabelecidas pela sociedade, *“Em termos políticos, consideram que as mulheres ocupam lugares sociais subordinados em relação aos mundos masculinos, e essa subordinação feminina é algo que varia de acordo com a época histórica e o lugar do mundo em que ela seja estudada.”* (BARROS, 2017, p. 2).

No entanto, existem fatores que influenciam nestas amarras sociais, alguns destes são os fatores econômicos, hereditários, o machismo, os quais são responsáveis direta ou indiretamente na vida da mulher.

No modelo social concebido no pós-guerra, separava-se claramente o trabalho doméstico reprodutivo daquele extradoméstico por remuneração, sendo que as mulheres eram confinadas ao trabalho doméstico e, caso tivessem um trabalho extradoméstico, eram também segregadas a alguns poucos tipos de ocupação. (LEONE, BALTAR, 2008, p. 235)

A partir do século XX, surge a necessidade de mudança dos paradigmas do espaço da mulher na sociedade, seguindo o conceito das lutas por igualdade a partir do século XIX, essa conjuntura traz o impulso desse espaço de ocupação da mulher. A inserção da mulher no mercado de trabalho se deu pela demanda de mão de obra em larga escala pela indústria e pela necessidade de capital; combinada com a falta de mão de obra masculina após as duas grandes guerras, durante o processo de industrialização do espaço urbano que substituiu o trabalho manual pelas máquinas e a produção em grande escala.

Lodi (2006) ressalta que:

[...] praticamente eliminando a necessidade de força física para a execução das tarefas e, bem mais tarde, o evento da Segunda Guerra Mundial, quando a mão de obra masculina se tornou escassa, proporcionando às mulheres ocupar esse espaço [...]. Essa guerra nos mostrou um exemplo bem claro de como as necessidades do mercado colocam por terra certas crenças sobre práticas tidas como naturais para os sexos. (LODI, 2006, p. 154)

A mulher nesse meio ganha espaço no mercado de trabalho e a chance de obter desde renda adicional para seu agrupamento familiar até a independência financeira impulsiona ainda mais sua entrada no mercado de trabalho, contribuindo para a quebra da hierarquização e emancipação feminina, *“Nesse sentido, pensar a emancipação feminina é pensar sua libertação e isso remete ao problema do que significa liberdade e qual falta de liberdade a mulher está encerrada.”* (VIANA, 2010, p. 40) deixando de se submeter ao poder masculino, e se engajando na luta contrarregras patriarcais, para a promoção da liberdade e a conquista da livre-arbítrio, conquistando também os direitos de igualdade.

Uma categoria de ritualização de gênero que permanece intacta até hoje, mesmo passados trinta anos de ação intensa do movimento feminista, é o chamado “toque feminino”, manifestado na posição das mãos das mulheres.[...] Tal representação da feminilidade sustenta uma relação de poder naturalizada, em que a mulher ocupa um lugar “naturalmente” subordinado, ela se torna “naturalmente” um ornamento, trata-se da “essência” da feminilidade.[...] Assim, além das relações de gênero nos anúncios, constata-se também outra relação de poder, qual seja, o poder da publicidade para com a sociedade à qual ela se destina, o vínculo forte entre os meios de comunicação de massa e o campo social ( GASTALDO, 2008, p. 152)

Muda o lugar da mulher na sociedade, assim como no grupo familiar, onde a autoridade masculina, antes inquestionável, começa a dar lugar a autonomia possibilitando a emancipação feminina, conquistando gradativamente o poder, a voz, mesmo que de forma minoritária, mas significativa na luta por direitos de igualdade. *“É preciso uma concepção de totalidade para poder perceber que a libertação feminina passa pela libertação masculina e que ambas dependem de diversas outras formas de libertação.”* (VIANA, 2010, p. 42).

Trazendo para a atualidade, para o século XXI, a mulher está cada vez mais ganhando espaço no meio social. Para se ter esse espaço, passou por muitas manifestações, criações de leis que guardam e regem os direitos da mulher, entre outros movimentos que reivindicam a segurança da mulher nos meios social, político e cultural. *“A ruptura do isolamento no lar e a participação da mulher no espaço público se deram através de conquistas e reações e conquistas que consistem num processo que vem se arrastando até os dias atuais”* (LODI, 2006, p. 156). Atualmente a mulher exerce seu espaço no mercado de trabalho, fazendo parte

das atividades dos sistemas públicos e privados, como exemplo de grandes conquistas, não podemos esquecer de citar o ano de 1930, que foi uma época de muita luta para reivindicações pelo direito ao voto feminino, um grande marco da história de luta pela igualdade de gênero.

Assim, segundo Chartier, um objeto maior da história das mulheres consiste no estudo dos discursos e das práticas que garantem o consentimento feminino às representações dominantes da diferença entre os sexos. Definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação – que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída – é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irreduzível, universal. (CHARTIER, 1995, *apud* SOIHET, 1998, p. 82)

Contudo, persiste na atualidade a preocupação com a posição dominante do homem na sociedade, tanto na família como em âmbito profissional, “*A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, divisão bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos [...]*” (BOURDIEU, 1930-2002, p. 18), há uma hierarquia de gênero, historicamente fundada, tanto na religião quanto na cultura, de forma a interferir nos meios de vida, associando o sexo feminino como predeterminante às suas ações no trabalho e na construção social.

No mercado de trabalho, a condição da mulher - paciente, dedicada, educada, obediente – tem sua força de trabalho sempre mantida em uma margem inferior: salário mais baixo, seu trabalho sendo considerado ajuda no orçamento familiar; assumindo funções em setores extensivos ao doméstico, como o da assistência social, educação, saúde têxtil e enfermagem; desenvolvendo tarefas difíceis, que o homem, muitas vezes, se nega a fazer; e permanece distante das esferas de comando e decisão. (LODI, 2006, p. 156)

É neste contexto que se observa a distinção de atividades, as quais são determinadas de acordo com o gênero. Siqueira e Samparo (2017, p. 289) compreende que “*Consequentemente, a partir desta diferenciação, ao longo da História, a mulher passou a ser vista em uma condição de inferioridade ao homem, devendo obediência a este por conta de seu sexo biológico.*” Nos dias atuais é desagradável pensar que essa condição imposta ao gênero feminino ainda faça parte da nossa sociedade, porém essa distinção de atividades domésticas e laborais ainda permanecem ativas para a maior parcela da sociedade.

Retomando ao trabalho feminino, são perceptíveis a diferença salarial e as condições trabalhistas, pois muitas empresas e firmas ainda preferem a mão de obra masculina à feminina, Lodi (2006, p. 151) afirma que “*Nesse enfoque, o gênero destaca-se não como simples categoria, mas como requisito necessário e imprescindível na estrutura social e nas relações de trabalho.*” Ocorrendo assim a desvalorização do trabalho feminino, como exemplo o

trabalho na agricultura ou nas indústrias do agronegócio, o sexo feminino visto como *frágil* que a torna incapaz de realizar tarefas que exija força física.

Essa situação gera a desvalorização do trabalho da mulher na sociedade, tanto na área profissional como no trabalho doméstico, este último é visto como uma função não econômica e menos qualificada. De tal forma a ser dissimulada a sua imagem como uma cidadã não contribuinte economicamente para a sociedade, havendo discriminação tanto em sua função como em sua própria sexualidade.

A violência simbólica expressa-se na imposição "legítima" e dissimulada, com a interiorização da cultura dominante, reproduzindo essas relações, pela doutrinação e dominação, que força as pessoas a pensarem e a agirem de tal forma que não percebem que legitimam com isso, a ordem vigente. (JAKIMIUI, 2011, p. 3552).

A mulher assim é relacionada ao papel restrito de ser somente esposa, encarregada de cuidar da casa para o homem e ser a reprodutora familiar e social, cobrada não somente pelas necessidades de reprodução familiar, como também atendendo aos caprichos e a pressão imposta pela sociedade.

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produtos da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que eles são impostos seus atos de *conhecimento* são, inevitavelmente, atos de *reconhecimento*, de submissão. (BOURDIEU, 2010, p. 22)

Assim a heteronormatividade se concretiza em nossa sociedade, pois, sabemos que a posição masculina foi construída, incorporada e legitimada no mundo como superior. Assim, a dominância masculina é reconhecida de forma natural, inserida nas atitudes banais do dia-a-dia e, muitas vezes, imperceptíveis ao entendimento da mulher em condição subalterna.

Conforme as autoras Brandão, Ferraz, Lima (2015):

[..] a nova geração de mulheres mais instruídas tem expectativas mais elevadas para trabalhos desafiadores, mas o mercado de trabalho não fornece ocupações suficientes para responder a essa demanda, e ainda há a possibilidade de sofrerem discriminação quando tentam chegar a empregos de status elevado, especialmente para cargos gerenciais. (Apud Sharibi e Harpaz, 2013, p. 489)

A identidade da mulher está modificando-se de acordo com as mudanças sociais das novas gerações e com isso o gênero feminino vem ganhando espaço contribuindo com mão de obra qualificada, superando barreiras importas pela dominação de uma sociedade centrada no gênero masculino, em que no passado foi plantado um pensamento machista que desvaloriza o feminismo. Contudo a mulher está em um processo de mudanças, conquistando espaços que antes eram lhe negados por ser do gênero feminino.

## 2.1 A manifestação do feminismo na luta por direitos de igualdade

O movimento feminista no Brasil, surgiu no século XIX no contexto da luta pela educação feminina, direito de voto e abolição dos escravos. Atualmente, existem várias organizações feministas no Brasil que defendem a equiparação dos direitos básicos das mulheres aos dos homens, bem como o acesso a direitos específicos condizentes com a condição feminina (ex: licença maternidade, regras previdenciárias etc.). Igualmente há organização específica de feministas negras, indígenas, homossexuais, transexuais e muitos outros.

O conceito de feminismo aqui utilizado parte do princípio de que o feminismo é a ação política das mulheres. Engloba teoria, prática, ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo. (DOMINGUES apud, SOARES, 1998, p. 33.)

Em 1853 por meio de Nísia Augusta<sup>1</sup> vários livros e artigos são publicados nos jornais naquela época como os primeiros a tratar sobre o feminismo no Brasil, sendo assim muitas lutas se travaram no Brasil reivindicações pelo direito ao voto, exemplo dos Estados Unidos e Inglaterra com o advento da República, complementa Monteiro e Grubba (2017, p. 11) “*Desse modo, a luta das mulheres pelo reconhecimento de seus direitos, tanto no Brasil, quanto no mundo, perdura-se ao longo da história.*”, o movimento feminista no Brasil ganha força e se torna mais amplo, reivindicando espaço para a mulher na sociedade.

Esse contexto é descrito por Domingues:

Recuperar a história do feminismo no Brasil é mostrar, então, que, a despeito de sua condição de submissão, muitas mulheres atuaram de forma pública e engajada e conseguiram, por meio de luta e pressão política intensas, a obtenção de direitos fundamentais, como, por exemplo, o direito ao voto. (DOMINGUES, 2020, p. 136)

A mulher casada dependia de autorização do marido até para viajar, receber herança, trabalhar fora de casa ou adquirir patrimônio. Com o surgimento das fábricas a necessidade de contratar mão de obra, barata, sendo requisitado o trabalho feminino e infantil para manterem o baixo custo da produção, tendo em vista o trabalho mal remunerado das mulheres e crianças

---

1 Nísia Floresta (1810-1885) foi escritora, educadora, pioneira da educação brasileira e ativista do movimento feminista, “[...] numa época em que as mulheres viviam sob a intensa repressão de uma sociedade patriarcal, que as mantinha distantes de qualquer assunto alheio ao ambiente doméstico ou que exigisse uma reflexão mais profunda.” (CASTRO, 2010, p. 238)

(as quais a legislação não protegia) na época, daí a motivação para a deflagração de greve em 1917. Outro marco importante no Brasil foi a luta de Leolinda Figueiredo Daltro<sup>2</sup> que fundou o partido republicano feminino e Bertha Lutz<sup>3</sup>, da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, ambas lutavam pelo direito ao voto e pela igualdade na previsão e acesso a direitos entre homens e mulheres do nosso país.

Seguindo essa linha de pensamento, complementa Méndez (2011, p. 52-53):

O capitalismo evidenciou para o âmbito do mundo público a discriminação que as mulheres enfrentavam no mundo privado. A entrada das mulheres na produção possibilitou um crescente movimento de organização das trabalhadoras na luta por direitos iguais e pela ruptura com um sistema que as oprimia pela sua condição de mulher e de trabalhadora. As mulheres passaram a integrar o movimento operário, lutando ao lado dos homens pela superação do capitalismo que os oprimia.

Somente conseguindo tal conquista em 1932 no governo Vargas (1930-1945) e, mesmo assim, ainda havia muito o que fazer com relação à visão que o governo Vargas tinha sobre o tema. A liberdade prevista para a mulher era muito limitada, onde a mesma poderia realizar trabalhos como enfermeira, professor, secretaria e esposa dedicada ao lar. Com a volta da democracia em 1950, Romy Martins Medeiros da Fonseca e Ormindia Ribeiro Bastos, apresentaram ao Congresso Nacional em 1951, um projeto de lei<sup>4</sup> sobre o tema, que por sua vez tramitou por 10 anos no congresso devido a burocracia parlamentar.

Em 1962, terminava com a tutela dos maridos sobre as suas esposas, tendo elas direitos a partir daquele momento a trabalhar fora de casa, receber herança e viajar sem autorização prévia do marido. A década de 1960 foi marcada pela libertação sexual, o surgimento da pílula anticoncepcional e pelos movimentos dos direitos civis. Nesse mesmo período, Simone

---

2 Leolinda Figueiredo Daltro (1859-1935) educadora, feminista e defensora das causas indígena, intitulada como *Dama* no desenvolvimento da educação brasileira, “O título de “dama” não empobrece em nada a sua atuação militante em ambos os movimentos acima citados. Utilizo-o apenas para situa-la no interior de sua própria classe social (classe média) no Brasil do final do XIX. Caberia também o título de “missionária” como alguns lhe tem dado, pela sua decisão e empreendimento de alfabetizar os indígenas do centro-oeste brasileiro, mas, sobretudo, no final caberia o epíteto de “feminista”, pois foi, numa sociedade patriarcal que se tornou militante e encampou a luta pela participação política da mulher brasileira na sociedade e, mais especificamente pelo direito de votar e ser votada. Todos esses apelidos podem cair muito bem à nossa personagem homenageada por *rhela*.” (LIMA JARDILINO, 2016, p. 80)

3 Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976) ativista feminista, cientista e fazia parte da política brasileira, “[...] é um ícone da historiografia feminista no Brasil. O seu feminismo dos anos 20-30, já foi rotulado como de elite, conservador, bem comportado, jurídico-institucional, senão mais do que isso. Sem a preocupação de rotulá-lo, temos lido e relido a trajetória indissociavelmente feminista / científica / política de Bertha, imersa na cultura de sua época.” (SOUSA; SOMBRIO; LOPES, 2005, p. 01)

4 “Na década de 1950, com o reestabelecimento da democracia, as advogadas Romy Martins Medeiros da Fonseca e Ormindia Ribeiro Bastos se destacam na luta pelos direitos das mulheres. Romy solicita à Câmara dos Deputados um estudo sobre a condição das mulheres casadas no Código Civil Brasileiro, onde vigorava a submissão destas mulheres aos seus maridos e que comparava as mesmas aos “silvícolas”.” (OLIVEIRA; GOMES; LIMA, 2018, p. 208)

Beauvoir no seu livro 'O Segundo sexo', sobre gênero e a identidade, trata de questões específicas, como a questão da mulher negra, indígena e dos homossexuais.

Já na década de 1970 destacam-se Therezinha Zerbini, criando o movimento feminino pela anistia, o qual reunia mães e esposas que tinham filhos e maridos exilados ou presos.

A primeira iniciativa do MFPA foi à campanha “O Manifesto da Mulher Brasileira,” cujo objetivo principal era a luta pela anistia. A campanha conseguiu um abaixo-assinado com doze mil assinaturas de mulheres que foi entregue ao ministro da casa-civil Golbery do Couto e Silva, como também aos Senadores e ao Presidente da República. (DE OLIVEIRA, 2021, p. 3)

Em 1975 é declarado pela ONU, como ano internacional, das mulheres, isso em plena ditadura militar no Brasil. Com isso, se deu origem ao 1º encontro das mulheres do Rio de Janeiro e o encontro para o diagnóstico da mulher Paulista, que deram origem ao Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. Com redemocratização no Brasil foi criada o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM, 1985).

Além de 26 cadeiras durante a eleição para a Assembleia Constituinte (1987/1988) e muitos outros direitos, em especial a primeira delegacia em defesa da mulher, especializada nos atendimentos de vítimas de agressão doméstica e de casos de violência contra a mulher. Chegando na década de 1990, com o aumento do conhecimento por partes das mulheres e da estabilização democrática do país. Sobre a constante luta por direito à participação social, a mulher conta com o espaço a ser conquistado através do movimento feminista, como aponta Monteiro e Grubba:

A luta das mulheres em busca de emancipação e do empoderamento contou com o suporte do movimento feminista. De forma organizada e através de muitas batalhas travadas contra uma sociedade historicamente patriarcal, as mulheres conquistaram direitos essenciais como direito à educação, ao trabalho e o direito político de votar e ser votada para cargos de representatividade. (MONTEIRO: GRUBBA, 2017, p. 18)

Os objetivos das mulheres foram se adaptando de acordo com a dinâmica da sociedade. Por isso as mulheres passaram a exigir maior participação na vida pública depois de notar o movimento feminista desde o império, observar-se que só por meio da luta e do conhecimento é que foi possível a realização de várias conquistas no decorrer dos tempos. Mesmo com todas essas conquistas ainda subsistem disparidades em várias áreas do mundo, principalmente com relação ao acesso a direitos e políticas públicas. Ponto crucial para a igualdade entre os homens, ou seja, a igualdade entre os gêneros contribui para a estabilidade no desenvolvimento econômico na sociedade.

Segundo Birman (2008, [s.p.]), um dos maiores desafios do feminismo no Brasil atualmente pode ser assim descrito:

Ainda sustentados por organizações feministas, faz parte de um conjunto de novos desafios a demanda da representatividade das mulheres na sociedade política, na sociedade civil e no mercado de trabalho. Socialmente falando, é evidente que as mulheres ainda não conseguiram ultrapassar certos patamares. Há a queixa permanente no Brasil de que as mulheres não têm a mesma representação no plano das organizações políticas e, no mercado de trabalho, os mesmos salários que os homens. Há sempre uma defasagem em relação ao salário masculino, superior aos salários femininos mesmo que ambos exerçam as mesmas funções. Então, ainda existe um certo caminho a percorrer para que haja igualitarismo de gênero. Os preconceitos advindos da tradição patriarcal estão muito incorporados no imaginário social, no psiquismo das pessoas. Essa "superioridade" que é atribuída ao homem em relação às mulheres aparece em termos tanto da representação política quanto dos salários no mercado de trabalho.

A política é o pilar que sustenta a sociedade e tem a capacidade de mudar as normas de convivência, por isso a necessidade de uma busca incessante pela igualdade de ser, agir e pensar e responder pelos seus próprios atos é direito fundamental. Somente por meio da ação política de homens e mulheres feministas será possível quebrar todas as correntes contra o feminismo, para enfim, romper com a disseminação formas de pensar e agir retrógrados, como o machismo patriarcal, que vem sendo reproduzido de geração para geração.

Como sustenta Monteiro e Grubba:

De fato, desde a tradição grega da Deusa Irene, aos homens se atribuiu a função da guerra (espaço público) e às mulheres a função da paz (espaço privado). Diante disso, ao longo da história muitas mulheres desafiavam as funções a elas atribuídas, como a mencionada função de esposa e dona de casa, assim como às limitações das mulheres às questões domésticas e à exclusão a que eram submetidas no que se refere ao espaço público, inclusive às exclusões sobre os assuntos da sociedade, dentre eles, o direito de votar. Por anos, as mulheres lutaram e continuam lutando para adquirir as suas liberdades e seu espaço de direito, na sociedade. (MONTEIRO; GRUBBA, 2017, p. 18)

A luta que as mulheres enfrentaram e ainda enfrentam diariamente para assegurar seus direitos é um fato histórico e os empecilhos para essa conquista constitui parte de um problema cultural. As mulheres, por muito tempo, foram estereotipadas como *Sexo Frágil*, esse tipo de conceito aparecia como uma forma de limitar a sua capacidade ao executar ações ou exercer funções consideradas como *coisas de homem*.

É inegável que atualmente as mulheres têm conseguido maior destaque em várias áreas, mas a luta pela igualdade ainda é árdua. Apesar de terem uma parcela indispensavelmente importante para a formação da sociedade, sua aceitação ainda não acontece da forma como deveria. Seguindo nessa mesma linha Cisne (2014) diz:

Tem sido pauta constante no feminismo a apreensão e elaboração de categorias teóricas que possam contribuir para a compreensão crítica da subordinação histórica e das desigualdades que marcam a vida das mulheres, como forma de se instrumentalizar para intervir politicamente para a reversão dessa condição. (CISNE, 2014, p. 134-135)

Ao analisarmos as desigualdades de gênero precisamos, no entanto, incluir na discussão a etnicidade e raça das mulheres brasileiras e apresentar que a luta dessas mulheres que sofreram violência sexual, escravidão e humilhação tornam-se aspectos críticos uma opressão distinta das mulheres brancas.

Estas reflexões tornam visíveis que os problemas em relação a incorporação da questão racial nas práticas e nas formulações teóricas do movimento feminista têm a ver com o racismo fortemente existente em nossa sociedade. As mulheres negras são vistas como cidadãs de segunda categoria a referência as mulheres é feita como se estas fossem um sujeito genérico a questão racial aparece como sendo de responsabilidade das mulheres negras. Pode se dizer que numa sociedade em que a questão racial ainda é tabu as conquistas do movimento feminista acabam por privilegiar as mulheres brancas em detrimento das negras. (RIBEIRO, 1995, p. 3)

Na segunda onda do movimento feminista, as mulheres burguesas buscavam a ruptura do estereótipo da mulher doméstica, frágil e submissa, enquanto a luta das mulheres negras durante e após a escravidão era contra a caracterização delas como objeto para todos os tipos de desejos e abusos de homens brancos, “[...] *a força de trabalho que se vende é indissociável do corpo que a porta, e as suas formas de apropriação e exploração estão definidas não só pelas relações de classe como também de ‘raça’ e de gênero.*” (CISNE apud, ÁVILA, 2011, p. 65), é evidente a ausência das mulheres negras.

Entendemos que mesmo nos movimentos feministas, existia uma supremacia racial branca, e que em muitos anos da história focou-se em questões que interessavam exclusivamente às mulheres brancas e formando um abismo na compreensão das diferentes realidades entre as mulheres.

Resguardadas as particularidades os movimentos feminista e negro ressurgem no Brasil em meados dos anos 70 em plena ditadura militar tendo como eixos básicos a luta pela democracia a extinção das desigualdades sociais e a conquista da cidadania. Porém em ambos os movimentos as mulheres negras aparecem como sujeitos implícitos partiu-se de uma suposta igualdade entre as mulheres, assim como não foi considerado entre os negros as diferenças entre homens e mulheres. De um lado enfatizou-se a ideia de diferentes mas não desiguais’ de outro lado durante muito tempo não foi considerada a diversidade no interior desses movimentos. (RIBEIRO, 1995, p. 1)

Ressaltamos ainda que no trabalho escravo as mulheres negras participaram igualmente da exploração com os homens, principalmente na produção, na força, nas surras, muitas das quais seguidas de morte, e acrescentando ainda múltiplas violências às

mulheres através do sexo, estupro, reprodução forçada e lactação, dado a afirmativa, completa Cisne (2014, p. 144), “*As ‘relações sociais de sexo’ e de ‘raça’ /etnia são elementos indispensáveis para entendermos a exploração do mundo do trabalho [...]*”.

Historicamente, mulheres de todas as classes sociais e idade foram e são discriminadas no mercado de trabalho, inicialmente porque eram consideradas inúteis ou mesmo frágeis para a maioria dos trabalhos, por terem o valor de sua mão de obra desvalorizada a tal ponto que sequer atendia suas necessidades básicas de uma vida social digna, terminando por se esconderem atrás de maridos. que de uma forma ou de outra pretendiam excluí-las do seio laboral com escusas as mais variadas, como por exemplo, o argumento de que a mulher não precisava ganhar dinheiro, visto que o homem era o provedor da casa. A experiência do mercado de trabalho mudou a vida das mulheres, dando-lhes mais liberdade, independência e autonomia, mas há muito a ser conquistado.

Dependendo da profissão que escolheram, a discriminação contra a mulher tem se mostrado mais forte, como tem sido constatado em numerosos estudos e pesquisas. Em geral, essa discriminação não é explícita, o que torna mais difícil para as mulheres identificá-la e reagir a ela. Invariavelmente a discriminação parte dos homens, normalmente, dos colegas de profissão que estão no mesmo nível. Uma das causas é o receio de que a colega venha a competir com eles por melhores posições na empresa. A minimização desse problema começa primeira pela conscientização de que ele existe. É muito comum as mulheres não se darem conta do processo de discriminação e reagirem trabalhando mais e mais, o que, por sua vez, alimentará a resistência dos colegas. Estão aí os ingredientes para o, atualmente, tão discutido assédio moral no trabalho. (LOMBARDI, 2007, p. 4).

Esse tipo de preconceito é decorrência do modo de produção capitalista, de conceitos religiosos e sociais patriarcais que a mulher sofre no âmbito familiar e profissional. Os múltiplos papéis da mulher no lar e na família são constantemente confrontados e lembrados de forma a criar obstáculos para que ela tenha um trabalho fora do lar e uma vida independente. A partir dessa ideologia, a mulher a passa a ser discriminada perante a sociedade, tanto no mercado de trabalho, como também no âmbito familiar.

Caberia, portanto, ao feminismo, enquanto movimento social organizado, articulado com outros setores da sociedade brasileira, pressionar, fiscalizar e buscar influenciar os aparelhos de Estado e a opinião pública, através dos seus diversos organismos, para a definição de metas sociais adequadas aos interesses femininos e o desenvolvimento de políticas sociais que garantissem a equidade de gênero. Os avanços obtidos foram graças à atuação direta de algumas feministas nas esferas de decisão e planejamento, fato que se transformou em um organismo estatal responsável de elaborar e propor políticas especiais para as mulheres; se

destacando na luta pelo fortalecimento e respeito à autonomia do movimento de mulheres, o que lhes garantiu o reconhecimento de toda a sociedade.

Essa articulação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), movimento feminista e bancada feminina no poder legislativo representou uma quebra nos tradicionais modelos de representação vigentes até então no país, na medida em que o próprio movimento defendeu e articulou os interesses das mulheres no espaço legislativo sem a intermediação dos partidos políticos. Iniciativas como esta se deram pela década de noventa quando se inicia em uma situação de fragilidade dos organismos de governo para mulheres, bloqueados pelo clima conservador dominante no estado e o descrédito no movimento autônomo. Os conselhos existentes trabalhavam em condições precárias, isolados do movimento e desprestigiados no âmbito governamental.

Foi através de muita pressão política e na defesa constante de seus interesses específicos que o feminismo se emancipou, se consagrando no fim do século XIX, quebrando barreiros no campo da política. Dando fim ao mito da precariedade racional, moral e política da mulher. A opinião pública deve compreender que já não temos que buscar essa igualdade de gêneros, quando na verdade temos por direito a escolha de nossas próprias vidas, seja mulheres ou homens e que não é algo a se negociar.

Em tempos modernos e após tantas lutas para ingressar e se manterem no mercado de trabalho, as mulheres ainda sofrem inúmeros preconceitos, seja pela mais pura e injustificável discriminação, seja pela notória e inconsistente preferência que muitos empregadores possuem de contratar homens, diante da variedade de normas de proteção que existem visando à proteção do trabalho da mulher. (SIQUEIRA; SAMPARO, 2017, p, 301)

No entanto, apesar de inúmeras dificuldades para assegurar os direitos adquiridos no decorrer dos anos, vale ressaltar que a mulher vem conquistando seu lugar na sociedade, no mundo globalizado. Isso é bastante notável no nosso país, por exemplo, quando Dilma Rousseff, a primeira mulher a assumir a presidência pela via eleitoral. Quando falamos sobre igualdade de gênero, significa dizer que, independente de sexo, todo indivíduo tem plena capacidade para exercer a atividade que lhe for concedida, desde que haja capacitação para isso. Sendo assim, um homem e uma mulher podem concorrer igualmente a uma mesma vaga de trabalho numa empresa para exercer a mesma função, num mesmo cargo, por exemplo.

### 3 A ASCENSÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Historicamente, as mulheres foram colocadas em posições inferiores, se comparado com o homem. Tal fato pode ser ratificado através da dominação masculina em inúmeros campos, como o acadêmico, administrativo, político e clerical, “*Em todas as sociedades a forma mais comum da divisão do trabalho refere-se à distinção das atividades que são desenvolvidas pelos homens e pelas mulheres.*” (FRANÇA; SCHIMANSKI, 2009, P. 70). Com o passar dos séculos, as mulheres começaram a reivindicar inúmeros direitos, conforme os períodos os quais viviam. As mulheres têm um posicionamento claro e principalmente sabem até onde podem chegar.

O movimento feminista tornou-se uma ação política que lutava pela igualdade entre homens e mulheres. Segundo o relatório Global Gender Gap Report de 2017, o Brasil caiu para a 90 posição do Fórum Econômico Mundial (WEF) que analisa a igualdade entre homens e mulheres em 144 países.

De acordo com os dados analisados pelo Relatório Global sobre os Salários (2018/19, p. 82) mostra o aumento na desigualdade no trabalho e na renda salarial entre homens e mulheres:

No Brasil, a diferença salarial entre homens e mulheres é explicada na parte inferior e na do meio, ao passo que, noutros países, a importância relativa das partes explicadas e não explicadas da diferença salarial entre homens e mulheres varia de quantil para quantil. Como observado acima, nos países de rendimento médio e baixo, a participação das mulheres na população ativa é inferior e estas estão muitas vezes localizadas na parte inferior das para esses países - particularmente nos quantis superiores - podem ser menos precisas.

Em 2016, o país ficou no 79 lugar, ou seja, mesmo com a evolução da mulher dentro de uma atividade que antes se destinava exclusivamente aos homens, os salários não acompanharam este crescimento, já que as mulheres ganham cerca de 30% a menos que os homens, (WENSING, et al, 2018), exercendo a mesma função, o que demonstra que as mulheres brasileiras ainda enfrentam discrepância tanto em representatividade política quanto no mercado de trabalho.

Em dezembro de 2017, na Comissão de Constituição e Justiça, foi aprovado o parecer favorável ao Projeto de Lei 3/2016 de autoria da pré-candidata à presidência do Brasil Manuela D’ávila, que institui a Política Estadual de Formação e Capacitação Continuada de Mulheres para o Mundo do Trabalho, com o objetivo de propiciar a formação técnica de mulheres em

todas as áreas profissionais, viabilizando o pleno acesso das mulheres no mercado de trabalho, com autonomia, qualidade profissional, inclusão social e independência econômica.

Segundo Rovere, (2019, p. 7):

Sabemos, é claro, que, desde a Antiguidade e até o século XX, a sociedade patriarcal europeia reservou o estudo das letras a seus rebentos machos, de modo que principalmente a literatura e a filosofia acabaram sendo atividades reservadas aos homens. O monopólio da educação, da escrita, do debate, da publicação, manteve a maioria das mulheres longe dos conceitos filosóficos e daquilo que eles trazem de alegrias especulativas, de esforços literários e de lampejos libertadores.

A partir disso, infere-se que, mesmo em condições adversas, as mulheres sempre procuraram seu espaço e principalmente a igualdade, o que não deixa de ser uma forma de feminismo, assunto tão comentado na atualidade. Segundo Lazzarini et al (2018, p. 5), sobre a visão social do papel da mulher, “*Em particular, a narrativa social de que as atividades domésticas são exclusivas à mulher, tem consequências diretas sobre a carreira feminina.*”, o que se vê é que, além do costumeiro trabalho doméstico atribuído às mulheres, cada vez mais essas têm ocupado postos no mercado de trabalho formal e informal, dividindo espaço com os homens. Trabalhar fora de casa é uma conquista recente das mulheres. É evidente que um dos grandes desafios para as mulheres é o de tentar reverter o quadro da desigualdade salarial, já que na Constituição de 1988 assegura a igualdade de todos, independente do sexo.

De acordo com a pesquisa de Oliveira, apresentado no site do IBGE (2019):

Um estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que as mulheres ganham menos do que os homens em todas as ocupações selecionadas na pesquisa. Mesmo com uma queda na desigualdade salarial entre 2012 e 2018, as trabalhadoras ganham, em média, 20,5% menos que os homens no país.

Segundo a pesquisa, a desigualdade salarial é o que mais interfere na carreira profissional das mulheres, evidencia também que mesmo na atualidade esses dados sendo analisados de forma a comparar e acompanhar a carreira das mulheres no mercado de trabalho ainda apresenta desigualdades referentes às profissões e cargos exercidos pelo sexo feminino.

### **3.1 A luta por direitos trabalhistas**

Mediante os fatos aqui já exposto, podemos verificar que a luta pelos direitos trabalhistas no universo feminino iniciou-se há muito tempo, na tentativa de igualar o direito da mulher ao do homem no universo profissional. Como, o próprio nome sugere, os direitos trabalhistas regulamentam as questões de trabalho do indivíduo, mediante as normas que os

regem, assegurando o cumprimento de leis no mundo do trabalho. É de fato uma busca por participação social nas diversas áreas da sociedade, assim como Lima et al (2019, p. 276), afirma, “*Constatamos que na sociedade de modo geral alguns sujeitos se envolvem e participam ativamente das lutas sociais, se comprometem com a justiça social, buscam de algum modo contribuir com a participação e gestão democrática na sociedade*”, a inserção da mulher nesse universo, a eliminação de exigências excludentes de contratação pautadas no sexo, bem como sua remuneração justa, em relação ao salário de um homem, são as principais lutas deste público. Pois de acordo com Oliveira (2019, p. 3) “*No grupo de diretores e gerentes, as mulheres tinham participação pequena (41,8%) e seu rendimento médio (R\$ 4.435) correspondia a 71,3% do recebido pelos homens (R\$ 6.216).*”.

Rodolfo Turolla (2017, p. 2) descreve em seu artigo alguns conceitos relacionados à Consolidação das Leis Trabalhistas assim descritas:

**Instrutiva:** função de nortear o legislador para que este proponha leis que estejam alinhadas com os valores defendidos pelos princípios. Estas propostas devem sempre estar em concordância com os princípios constitucionais, além dos propostos em cada ramo do direito.

**Interpretativa:** auxiliar diretamente os aplicadores do direito e a magistratura no momento de tomar decisões em relação aos processos da justiça do trabalho.

**Normativa** (Integrativa – art. 8º, CLT) – os princípios também têm uma função integrativa. Isso significa que eles servem para preencher uma suposta lacuna em situação que não está prevista em lei. Nestes casos, pode-se usar um princípio para dar base à decisão do Judiciário.

As funções descritas acima têm o intuito de regulamentar os princípios e direitos trabalhistas através de sua ampliação, bem como amparar o trabalhador em eventuais quebras desses direitos. Apesar de ser um processo lento, podemos mencionar grandes conquistas na luta de emancipação do direito feminino. Dentre elas podemos citar:

### 3.1.1 Dia da mulher

O Dia Internacional da Mulher, celebrado no dia 08 de março foi oficializado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975, no intuito de homenagear a luta pela emancipação feminina. As mulheres socialistas neste dia celebraram a luta de resistência contra a exploração e opressão.

De acordo com Calendarr (2017, p. 3):

No entanto, o 8 de março teve origem com as manifestações das mulheres russas por melhores condições de vida e trabalho, durante a Primeira Guerra Mundial (1917). A manifestação que contou com mais de 90 mil russas ficou conhecida como “Pão e Paz”, sendo este o marco oficial para a escolha do Dia Internacional da Mulher no 8 de março, porém somente em 1921 que esta data foi oficializada.

De acordo com o site Agenda Capital (2019, p. 2), “*O chamado ‘Dia Internacional da Mulher’ só foi oficializado em 1975, ano que a ONU intitulou de ‘Ano Internacional da Mulher’ para lembrar suas conquistas políticas e sociais.*” No entanto, essa consolidação passou por um longo processo de adesão.

Desta forma, o Dia Internacional da Mulher Proletária foi proposto pelo Movimento Revolucionário Popular das Mulheres a partir de uma visão revolucionária na luta pela libertação. Em outras palavras, a emancipação das mulheres só é possível se toda a classe for emancipada, e essa emancipação é obra das mulheres da classe oprimida, não uma concessão da classe opressora.

Segundo Sal (1981, s/p) *apud* A Nova Democracia (2004, p. 2):

O Dia Internacional da Mulher Trabalhadora é considerado como uma jornada de luta feminista em todo o mundo em comemoração do dia 8 de março de 1908, data em que as trabalhadoras da fábrica têxtil ‘Cotton’, de Nova York, declararam greve em protesto pelas condições insuportáveis de trabalho. Na sequência disso, ocuparam a fábrica e o patrão prendeu-as lá dentro, fechou todas as saídas, e incendiou a fábrica. Morreram queimadas as 129 trabalhadoras que estavam lá dentro. (Victória Sal, Dicionário ideológico feminista, 1981).

O que podemos observar é que mesmo em meio às mudanças ocorridas desde a adesão à comemoração do dia 08 de março, ainda existem muitas outras lutas que precisam ser traçadas e já que muitos dos problemas relacionados a igualdade de direitos e ao respeito feminino precisam ser solucionados.

### 3.1.2 As mudanças na Consolidação das Leis Trabalhistas para a lactante

Criada no ano de 1943 pelo então presidente Getúlio Vargas, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) trata sobre as relações trabalhistas e a elaboração do Direito Processual do Trabalho nos seus campos de atuação, seja urbano ou rural. De acordo com Júlio Zanluca (2018, p. 1):

A CLT surgiu pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas, unificando toda legislação trabalhista existente no Brasil. [...] Seu principal objetivo é a regulamentação das relações individuais e coletivas do trabalho, nela previstas. A CLT é o resultado de 13 anos de trabalho - desde o início

do Estado Novo até 1943 - de destacados juristas, que se empenharam em criar uma legislação trabalhista que atendesse à necessidade de proteção do trabalhador, dentro de um contexto de “estado regulamentador”. [...] A Consolidação das Leis do Trabalho, cuja sigla é CLT, regulamenta as relações trabalhistas, tanto do trabalho urbano quanto do rural. Desde sua publicação já sofreu várias alterações, visando adaptar o texto às nuances da modernidade. Apesar disso, ela continua sendo o principal instrumento para regulamentar as relações de trabalho e proteger os trabalhadores.

Sobre isso Trigueiros (2019, p. 2) dá especial destaque a uma modificação ocorrida na CLT em 2016, que beneficia diretamente as mães trabalhadoras:

Pretendendo colocar fim a qualquer dúvida, em 2016, a Lei 13.287 incluiu na CLT o artigo 394-A (8). O dispositivo estabelecia expressamente que a empregada grávida ou lactante deveria ser afastada de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres, podendo exercer suas atividades apenas em local salubre.

Através da CLT os trabalhadores e trabalhadoras tiveram uma grande ampliação de seus direitos, dentre eles podem ser citados a regularização da jornada de trabalho, férias, medicina do trabalho, proteção do trabalho da mulher, período descanso, entre outros. É importante ressaltar que esta Lei pode ser alterada de acordo as necessidades de seu público e sensibilidade de seu legislador.

### 3.1.3 Princípio da proibição do retrocesso social

Segundo Corrêa (2016, p. 9), o princípio da proibição de retrocesso social pode ser assim definido:

A proibição do retrocesso social pode ser sucintamente definida como a impossibilidade de que nova regulação jurídica venha a suprimir, sem equivalente compensação, direitos fundamentais gerais, aqui inclusos os direitos sociais, ou direitos específicos concretizadores desses direitos fundamentais gerais, v. g., aqueles contidos na legislação ordinária.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, são assegurados os direitos fundamentais: “*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]*”.

Dessa forma, não pode ser criada ou modificada nenhuma Lei que se posicione contra os direitos fundamentais e sociais do cidadão, passando a ser considerada como inconstitucional, ou seja, não pode retroceder à conquista de direitos legalmente assegurados,

nem prejudicar seus direitos fundamentais, cabendo a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).

### 3.2 A busca por qualificação no mercado de trabalho

Durante muito tempo o papel da mulher esteve restrito às tarefas do lar, limitando sua função ao fato de ser esposa, mãe e serviços domésticos. Esse fato está diretamente ao sistema patriarcal que existe desde o começo do mundo. Com o tempo, esta mulher começou a perceber que sua capacidade ultrapassa as paredes de um lar, isso atrelado à necessidade de contribuir para a renda familiar fez com que a mesma fosse em busca de outros afazeres, bem como sua remuneração pelo serviço prestado. Aos poucos a mulher começou a ser inserida no mundo do trabalho, dividindo muitas opiniões e gerando muitas críticas por essa atitude, um processo lento e discriminatório.

Esse fato pode ser observado no estudo de João Batista Pereira Pompeu (2004, p. 4) que explica o processo de subordinação nesse contexto:

Um desses fatores era o receio de que o contato com o sexo oposto viesse a tirar o recato feminino desejado para a época, isso sem falarmos no fato de que certos patrões, em virtude da grande concorrência pelas vagas existentes, só davam ocupação em troca de certas regalias. A situação do mercado da época favorecia os inescrupulosos, permitindo-lhes fazer este tipo de seleção ao qual, infelizmente, por motivos diversos, algumas cediam.

Com o tempo esse cenário foi mudando gradativamente, como apresenta Greisy Rochadel (2007, p. 2):

Surge na Inglaterra o “Coal Mining Act”, em 1842, que proibia o trabalho da mulher em subterrâneos. Depois o “Factory Act”, em 1844, que limitou a jornada de trabalho da mulher a 12 horas de trabalho, proibindo-a no período noturno. O “Factory and Workshop Act”, em 1878, vedou o emprego da mulher em trabalhos perigosos e insalubres.

Os primeiros direitos das mulheres começam a ser observados com mais veemência na Constituição Federal de 1932 como relata Fragoso (2015. 2017, p. 2):

Ficou estabelecido na Constituição de 32 que “sem distinção de sexo, a todo trabalho de igual valor correspondente salário igual; veda-se o trabalho feminino das 22 horas às 5 da manhã; é proibido o trabalho da mulher grávida durante o período de quatro semanas antes do parto e quatro semanas depois; é proibido despedir mulher grávida pelo simples fato da gravidez”.

Com a promulgação Constituição Federal de 1988 (doravante CF88) no Brasil, a mulher passa a ter os mesmos direitos do marido ou companheiro, com relação às decisões que devem ser tomadas referentes aos filhos e à família. De acordo a CF88 os trabalhos domésticos devem ser divididos entre ambos, de comum acordo. E no âmbito profissional mulher não pode, como trabalhadora, receber menos que um homem, para fazer o mesmo trabalho. Segundo a CF88 mulheres e homens devem ser tratados com igual respeito em qualquer situação e ambiente social. Tornando-se, portanto, um importante marco para a igualdade entre homens e mulheres na criação de uma sociedade mais justa e igualitária.

### **3.3 As condições de acesso e permanência da mulher na educação**

Ao observarmos a trajetória das mulheres brasileiras na educação podemos perceber inúmeras dificuldades ao logo do tempo. Deve-se registrar que a formação escolar era um direito reservado apenas aos homens e foi a muitos custos que as mulheres conseguiram conquistá-lo. De acordo com Aragão e Kreutz (2010, p. 109), *“Desde o período colonial, a educação feminina era restrita ao lar e para o lar, ou seja, aprendiam atividades que possibilitassem o bom governo da casa e dos filhos.”*

Em meados do século XIX ainda eram poucas as conquistas femininas no âmbito educacional, fatores como as condições econômicas e as políticas estruturais de nosso país eram grandes empecilhos para esse avanço. No entanto, neste período foram criadas as primeiras instituições de ensino para mulheres e, apesar de possuir uma matriz curricular extremamente limitada, foi um dos primeiros passos para a sua formação profissional. Como aborda Borges (2012, p. 314), *“Elas, por seu turno, conseguem perceber que, ainda que sejam positivos os avanços femininos, não estão isentos de conflitos e sofrimentos.”*, sobre a construção da identidade feminina no campo educacional, seja como estudante ou profissional, acarreta uma sobrecarga com o papel de ser mulher e mãe.

Por ser considerada como *sexo frágil* muitas vezes a competência feminina foi (e ainda é) questionada no contexto profissional, comportamento limitante para sua expansão no contexto social, restringindo sua capacidade apenas a afazeres domésticos, apresentando-lhe como inferior para atuar em funções empregatícias, uma tentativa de evitar ou diminuir sua atuação fora do contexto familiar.

Ao sexo feminino cabia, em geral, a educação primária, com forte conteúdo moral e social, dirigido ao fortalecimento do papel da mulher como mãe e esposa. A educação secundária feminina ficava restrita, em grande medida, ao magistério, isto é, à

formação de professoras para os cursos primários. As mulheres continuaram excluídas dos graus mais elevados de instrução durante o século XIX (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 128).

Atualmente, esse cenário tomou uma nova forma e a presença feminina passou a ser comum em todos os níveis da educação, inclusive com uma porcentagem bem significativa, chegando a superar os homens em muitas áreas nos cursos técnicos de nível técnico e superior. Segundo a pesquisa publicada no site do IBGE (2021):

Na população com 25 anos ou mais, 19,4% das mulheres e 15,1% dos homens tinham nível superior completo em 2019. A parcela da população com instrução vem avançando, mas as mulheres se mantêm nos últimos anos com maior grau de instrução. Em 2012, eram 14% das mulheres com ensino superior e 10,9% dos homens. A única faixa etária em que há mais homens que mulheres com ensino superior é aquela acima dos 65 anos ou mais, o que mostra as restrições do acesso à educação em décadas passadas, aponta o IBGE.

Analisando esse contexto, percebe-se a necessidade de estudarmos acerca da situação da mulher na sociedade e a sua luta para assegurar esse direito, deste modo compreenderemos os fatores resultantes desse acesso no Brasil e no mundo. E que apesar de a mulher estar afrente do homem em grau de instruções educativas, ainda há uma grande desvalorização do trabalho feminino, afirmando assim que a garantia da formação não necessariamente alcança um salário de igualdade entre os gêneros.

## 4 METODOLOGIA

Como já apresentado na fundamentação teórica, a condição da mulher na relação de trabalho e estudo, e como a mesma conquista seu espaço nas relações sociais e nas diversas áreas da sociedade. Para tanto, é importante os movimentos de conquistas desses espaços e é pensando nesses direitos que o feminismo é descrito como um movimento social que visa alcançar a igualdade de direitos sociais entre os sexos. Esse movimento atualmente se torna cada vez mais poderoso, defendendo a dignidade e o respeito, levando a alcançar esse feito através do empoderamento feminino em todas as áreas da sociedade.

Entender a importância desse movimento é fator de grande significância para a conquista dos direitos das mulheres. Para fundamentar a importância desse movimento foram comparadas as respostas de 5 mulheres para as mesmas perguntas.

Neste sentido, a fim de analisarmos as condições de acesso e permanência das mulheres na educação, bem como o seu empoderamento, foi realizada pesquisa com 5 mulheres, todas inseridas em cursos de nível superior, representadas por nomes fictícios de mulheres que se destacaram na luta por seus direitos ao longo da história<sup>5</sup>, que revelam as conquistas e restrições decorrentes de uma escolarização (ou não) das entrevistadas, todas moradoras da cidade de Grajaú/MA. Com base nas informações obtidas fez-se uma análise da importância do movimento feminista para a conquista dos direitos da mulher, o contexto histórico da inserção da mulher no mundo do trabalho, sua jornada dupla, bem como das políticas públicas que as favorecem.

A pesquisa consiste na aplicação de um questionário com 9 perguntas onde são pontuados os tópicos considerados mais pertinentes para essa pesquisa, de forma a comparar as repostas de cada entrevistada, sequencialmente. Essa análise dos resultados da pesquisa compõe os dados qualitativos, complementa os tópicos anteriores, a análise de conteúdo teórico. A

---

<sup>5</sup> **Bertha:** (1894-1976) Ativista feminista, Bióloga, Educadora, Diplomata e Política brasileira. Ficou conhecida por ser líder na luta por direitos políticos das mulheres brasileiras.

**Joana:** (1412-1430) Era uma camponesa que teve participação relevante na guerra dos Cem Anos, liderando as tropas para conquistas importantes. Capturada, foi julgada e condenada à morte na fogueira por bruxaria, sendo executada aos 19 anos de idade.

**Marielly:** (1979-2018) Foi socióloga, ativista e política brasileira. Defendia as lutas políticas, por um mundo mais justo, onde houvesse justiça racial, de gênero e solidariedade, direitos a favelas e periferias.

**Maria Montessori:** (1870-1952) Foi uma educadora e médica e pedagoga italiana. Ficou conhecida pelo método que é ainda utilizado em escolas mundo afora.

**Nísia:** (1810-1885) Foi uma educadora, escritora e política brasileira. Foi a primeira mulher a participar do desenvolvimento da educação brasileira.

exploração desse material, permitiu categorizar e comprovar como se encontra a condição da mulher no mercado de trabalho e estudo, na sociedade moderna.

Ao comparar os dados, remetendo-os ao referencial teórico, chegamos aos dados explícitos e implícitos, com o objetivo de identificar a condição em que a mulher se encontra. Com essa fundamentação e dados em mente, observou-se ainda que na sociedade moderna, mesmo havendo o conhecimento por parte dos cidadãos a respeito dos direitos de igualdade de gênero, os costumes patriarcais continuam presentes na sociedade brasileira.

## 5. ANÁLISE DOS DADOS

A análise das informações fora dividida em nove (9) categorias empíricas, de forma a induzir à reflexão acerca da problemática analisada, aprofundando com as questões do questionário, que são pertinentes ao trazer os objetivos essenciais da pesquisa, a seguir.

### 5.1 A importância do Feminismo

Ao analisarmos o conceito do termo *empoderamento feminino* podemos observar que se trata do processo das mulheres acessarem a participação social, de modo a assegurar os seus direitos e a igualdade de gênero, sua posição nos âmbitos profissional, social, político e econômico resultando na criação de diversos movimentos e de ONGs que defendem esta causa.

Q1. Você considera que o Feminismo seja importante para a conquista de direitos das mulheres na sociedade?

Bertha: Sim, pois o movimento feminista prega a igualdade de direitos e isso contribui diretamente para a formação de uma sociedade justa e igualitária, onde as mulheres possam de fato exercer o direito à cidadania com autonomia e segurança, sem medo de sofrer represálias, injúrias e difamações.

Joana: Sim, tem grande importância, pois representa a busca por igualdade, não é somente uma forma de manifestação ou de repreensão de gênero como inferior ou superior, e sim uma igualdade. O feminismo tem elevado o pensamento igualitário do homem e da mulher, na luta por igualdade de gênero dentro da sociedade como um todo.

Maria: Sim, pois fortalece democraticamente a luta por nossos direitos.

Marielly: Sim, porque através dele traz conhecimento e entendimento e desperta em nós reflexões que através dele podemos se unir e lutar pelos nossos direitos.

Nísia: Certamente. Somente a partir do surgimento do movimento feminista é que a maioria dos direitos da mulher foram assegurados, tais como o direito de estudar, o direito do voto, a participação ativa das mulheres na política e no mercado de trabalho, dentre outros. Esse movimento contribuiu e contribui até hoje para que haja o protagonismo e o empoderamento feminino dentro da sociedade, a fim de que ela seja tratada como sujeito e não objeto.

Todas as entrevistadas, concordaram que o Feminismo é sim uma forma de viabilizar conquistas de direitos. Observa-se que, mesmo diante às grandes desigualdades sociais, é através dos movimentos sociais que são os principais impulsionadores e motivadores das mulheres continuarem a busca por direitos almejados, e que é realmente pertinente à comunidade feminina.

O papel de gênero/sexo é ainda uma questão que limita as escolhas e oportunidades das mulheres, esse papel se torna um produto de dominação masculina na sociedade, o mesmo influenciando os diversos espaços do sistema social. O sexismo é uma forma de discriminar a mulher. O gênero aqui, submete essas mesmas a uma cultura enraizada que põe o homem como um sexo dominante enquanto a mulher é submetida a essa autoridade masculina. A criação de uma cultura que promova a igualdade entre sexos é uma forma de começar a nos conscientizarmos para darmos assim um fim ao sexismo.

O objetivo de um movimento que traz para a sociedade a libertação da discriminação baseada no sexo e que as oportunidades não sejam limitadas pelo papel de gênero.

O movimento de mulheres do Brasil é um dos mais respeitados do mundo e referência fundamental em certos temas do interesse das mulheres no plano internacional. É também um dos movimentos com melhor performance dentre os movimentos sociais do país. Fato que ilustra a potência deste movimento foram os encaminhamentos da Constituição de 1988, que contemplou cerca de 80% das suas propostas, o que mudou radicalmente o status jurídico das mulheres no Brasil. A Constituição de 1988, entre outros feitos, destituiu o pátrio poder. (CARNEIRO, 2003, p. 117)

E a formalização na luta dos direitos foi um passo determinante para a concretização das conquistas tão idealizadas anteriormente pelas mulheres que lutaram para que não elas, mas as que adivinham futuramente. E foi através das pioneiras que levantaram a bandeira do feminismo na luta por libertação daquelas que viviam sujeitas a humilhações, que eram rebaixadas por ser mulheres, que ao entender que seu lugar de mulher é realmente onde elas quiserem.

Como enfatiza Beltrão; Alves (2009, p. 128):

O movimento feminista brasileiro, mesmo sendo pequeno em termos de visibilidade social, contribuiu de maneira fundamental para a reversão do hiato de gênero. Para se entender a reversão das desigualdades de gênero na educação, além de conhecer a história geral do país, é preciso compreender como as mulheres romperam com a tradição cultural que lhes reservava um papel prioritário no espaço privado (domicílio e família), enquanto o espaço público era monopolizado pelos homens.

As novas gerações advindas desse primeiro passo puderam ter acesso e oportunidade há lugares e condições que antes não existiam. E por isso o movimento feminista deve ser entendido como um avanço histórico que abriu as portas das infinitas possibilidades nas conquistas das mulheres. Sendo este um movimento tão importante para as mulheres faz se pensar o porquê de ainda existirem tantas mulheres ainda sujeitas às condições subjetivas de uma sociedade estereotipada, que ainda não vislumbraram o quão potencial elas têm em mãos que nos dias atuais possibilitariam a conquista de sonhos.

Entendo que há circunstâncias e fatores econômicos, sociais e culturais que influenciam na vida dessas mulheres, no entanto pode se perceber que muitos desses pensamentos limitantes também partem de mulheres, mesmo que não se percebam dentro desse núcleo de sujeitas vítimas de uma sociedade machista. É visível o papel de gênero e como é influenciável na sociedade, ao reconhecer esse papel e como o mesmo produz um pensamento de diversificação e ao mesmo tempo um sentimento de injustiça, no entanto ao conhecer esse sentimento e saber dos direitos sociais, podemos usar desses para moldar uma sociedade em que os direitos sejam conhecidos e respeitados.

[...] o feminismo em seu início, enquanto movimento, envolve diversas manifestações responsáveis pela luta das mulheres por igualdade entre homens e mulheres, bem como pela concessão direitos, principalmente pelo acesso aos espaços de decisões políticas. (MONTEIRO; GRUBBA, 2017, p. 263)

O feminismo visa empoderar a mulher, ainda assim para que seja quebrada essas amarras, deve-se capacitar não só as mulheres, mas sim habilitar toda a unidade familiar. O feminismo não é uma ameaça aos valores tradicionais, assim como ainda muitos acreditam e não viola os direitos dos homens, muito menos tira sua masculinidade e seus privilégios que a sociedade lhes concede. Esse movimento desafia os papéis de gênero, reposiciona a mulher nas instituições, cria uma cultura de direitos a igualdade social entre sexos, e o respeito a dignidade, esse que é desenvolvido através da educação e do debate aberto entre sexos e uma prática social de todo o conhecimento adquirido.

## **5.2 A influência do patriarcalismo**

O patriarcalismo fundado historicamente e enraizado na sociedade faz com que os homens tenham maior autoridade e poder sobre as mulheres, o que resulta na influência do papel que a mulher desempenha na sociedade. O papel do homem assim, é o de trabalhar para adquirir dinheiro e poder. O poder do homem aqui coloca o mesmo como o chefe da família, como o provedor do sustento, aquele que toma a decisão, a autoridade no local de trabalho, esse mesmo poder que apenas beneficia seu próprio ego e posição social, enquanto o da mulher é um papel limitado de oportunidades de estudo e de trabalho, portanto, subalterno.

Esses valores sociais enraizados pelo sistema patriarcal fazem com que as mulheres cresçam sob a influência da dominação masculina, segundo Bourdieu, *“A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção [...] é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de*

*seu local, seu momento, seus instrumento [...]*” (1930-2002, p. 18), essa dominação é estruturada historicamente com uma justificativa biológica e devido a diferença anatômica dos órgãos do corpo feminino e masculino, o homem ocupa a ordem social com maior poder, com essa diferença natural imposta como forma de ordenamento de posição social é definido o papel da mulher no trabalho, estudo e outros mais.

O resultado disso é que muitas mulheres não seguem uma carreira profissional prestigiada, ou se limitam a serem cuidadoras da casa ou procriadoras submissas ao homem, causando uma maior ruptura psicossocial e ficando meio caminho andado para igualar o poder entre os sexos/gêneros socialmente. Ainda há regiões e culturas em que a mulher não pode exercer certas profissões com maiores prestígios, qualificado e bem pago, pois o homem é o único a exercer tal cargo, é aquele que deve receber um alto salário, ter maior prestígio e mais poder. Isso acirra o desequilíbrio social, pois muitas vezes a mulher é a mais qualificada a exercer tal cargo, visto que a mulher tem toda a capacidade, no entanto é diminuída e desvalorizada por conta de seu sexo, e mais conflitos e tensões sociais por conta dessa limitação desmerecida.

Sabendo dessas limitações sociais na vida das mulheres resultado dessa cultura de valores patriarcais, foi feito a análise entre as cinco (5) mulheres, para a mesma pergunta:

## Q2. Como o Patriarcalismo influencia na ascensão da mulher na sua vida profissional?

Bertha: O patriarcalismo influencia de forma histórica e cultural na ascensão da mulher no mercado de trabalho, pois apesar do rompimento com os padrões impostos pela sociedade a mulher ainda encontra dificuldades de aceitação no mercado trabalhista, além de serem muitas vezes marginalizadas e condicionadas a posições enfraquecidas pela desigualdade de gênero.

Joana: Tem muita influência, tanto na vida profissional, quanto pessoal, no trabalho, sempre tive colegas homens, fazendo a mesma tarefa que eu, e recebendo mais, com carteira assinada e recebendo todos os direitos, sendo que tínhamos a mesma formação, e a mesma experiência. Na vida pessoal, esse papel é sempre pior, pois aos que eu tenho contato, é colocado o homem como o superior, aquele que sempre fala a última palavra da sala, eu apenas observo as que baixam a cabeça para essa cultura patriarcal enraizada até hoje em dia.

Maria: A mulher é uma figura feminina que muitas vezes além de ser uma profissional é filha, mãe, dona de casa, esposa, e querendo ou não, são fatores que acabam influenciando a vida profissional da mulher. Porque o mercado de trabalho não desconsidera algumas situações que acabam acarretando uma demissão, desistência, e até mesmo em outros casos a evasão escolar.

Marielly: Ele atrapalha sim, porque está enraizado desde o início dos tempos na nossa sociedade que a mulher no primeiro momento ela só serviu para gerar filhos e para cuidar da casa, fazer os trabalhos domésticos. De um tempo para cá, que ela vem ingressando no mercado de trabalho, só que, ele atrapalha por conta dessa visão, e aí tem muita gente, muito homem machista ainda que acha que a mulher é para ficar em casa esquentando a barriga no pé do fogão.

Nísia: Influencia negativamente, uma vez que vivemos em uma sociedade machista que apresenta a mulher como “sexo frágil” desvalorizando o seu real potencial. É muito raro vermos postos altos de empresa, como gerência ou cargos semelhantes ocupados por mulheres. Isso porque o homem ainda se apresenta como o ser que transmite confiança e credibilidade. Uma visão extremamente ultrapassada, mas ainda comum no nosso país.

Como discorrido pelas entrevistadas, o patriarcalismo interfere diretamente no desenvolvimento da mulher no meio sociocultural, assim como a ascendência profissional no mercado de trabalho. Isso demonstra que, o desempenho da mulher continua não sendo em sua maioria, reconhecido e valorizado pela sociedade, essas mesmas, ainda convivendo nas limitações impostas, seja como objetos manipulados pelo patriarcalismo ou sendo submetidas como inferiores/submissas aos homens.

Essa visão da mulher que é inferior/submissa, tem ultrapassado décadas, que é enraizado e reforçado pelo patriarcalismo, tem se tornado tão visível na sociedade, que é tido como algo natural. Essa ideia distorcida é romantizada na sociedade moderna, e assim como o feminismo intervém pela mulher, por outro lado os idealizadores do patriarcalismo reforçam tais ideias de forma a sempre distorcer as verdadeiras intenções dos movimentos feministas. Pelo exposto, podemos concordar com Bourdieu (2012, p. 18):

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social.

A ideia de a mulher ser submissa ao marido, pai, irmão, a qual a sociedade nos faz acreditar que a figura masculina demonstra segurança, superioridade, autoridade, muitas vezes essa mesma sociedade defende que a mulher possui de alguma forma dificuldades para desempenhar com profissionalismo cargos de liderança no ambiente de trabalho, assim como a equidade salarial, que por vezes possui o mesmo cargo a mesma função e ainda assim o salário é menor. Esses são hábitos culturalmente impregnados na sociedade, como destaca Lazzarani et al:

Como cada gênero recebe estímulos distintos, suas potencialidades e metas para a vida adulta serão diferentes, remetendo à fragilidade e inferioridade da mulher perante a sociedade e a si mesma. Portanto, a educação discriminada por gênero perpetua, de geração a geração, o estigma do machismo em nossa cultura contemporânea por parte dos homens e das mulheres também. Assim, para reverter o processo é necessário educar, desde os primeiros dias de vida, meninos e meninas de maneira equivalente,

fomentando-os com todos os tipos de estímulo e permitindo que suas preferências e potencialidades se despertem naturalmente. (LAZZARANI, et al, 2018, 191-192)

Ainda enfatizando o patriarcalismo, é comum ouvirmos de alguém, muitas vezes de uma mulher para outra, a seguinte pergunta: e seu marido *concorda*, permite que você estude? E logo mais o comentário, *nossa como ele é bom, até deixa você estudar!* E ainda mais abismados pelo fato de ele cuidar das crianças para que a mulher possa estudar ou trabalhar. Partindo dessa visão, podemos observar que grande parte da sociedade ainda enxerga os cuidados com a casa e a família, obrigações naturalmente femininas. E quando essas *obrigações* são realizadas pelo homem é um fato extraordinário, ou seja, está apenas ajudando. Os quais também acreditam que a responsabilidade da mulher é gerar filhos, cuidar da casa e da família, assim como as entrevistadas Maria e Marielly afirmam, ter a responsabilidade de exercer um papel feminino submisso dentro e fora de casa.

Ceder à pressão social do patriarcado é abrir mão de seguir uma carreira profissional, e muitos homens não estão ou se sentem *preparados* para que a mulher tome a posição de poder e ser a chefe da família ou do trabalho. Esses mesmos homens carregam valores de gerações passadas, onde o pai era o chefe e a mãe era a figura feminina frágil e submissa ao poder do chefe. E atualmente essas crianças que cresceram sob essa influência, se sentem na razão de seguirem sob a mesma linha distorcida de costumes, resultando ainda mais em limitações e dificuldades no sucesso de carreira para a mulher mesmo que na atualidade.

A luta das mulheres em busca de emancipação e do empoderamento contou com o suporte do movimento feminista. De forma organizada e através de muitas batalhas travadas contra uma sociedade historicamente patriarcal, as mulheres conquistaram direitos essenciais como direito à educação, ao trabalho e o direito político de votar e ser votada para cargos de representatividade. (MONTEIRO; GRUBBA; 2017, p. 269)

É perceptível que nos dias atuais, tanto homens como mulheres, possam pensar que não existam mais essa diferenciação exacerbada do sexo feminino para o sexo masculino. Sendo que ainda é muito comum. O poder deve ser usado com responsabilidade, o empoderamento da mulher deve ser respeitado, as tomadas de decisões dos papéis e posições sociais não devem ser influenciadas por um sistema ultrapassado. Embora na modernidade ainda haja muita influência do patriarcalismo, as mulheres devem superá-lo para terem sucesso em suas vidas, pode ser que ainda leve muito tempo para conquistarem espaço como tem sido. Ganhar o poder e a autonomia necessária para a carreira profissional e estudantil, não é fácil, a superação é algo ainda a ser conquistado para a quebra de barreiras na sociedade.

### 5.3 A influência da escolaridade

Devemos destacar que, a educação é em si um direito humano básico e fundamental, o mesmo não estando ligado a restrições de sexo/gênero ou raça. E que mesmo esse direito, foi negado por muito tempo às mulheres. Esse direito é uma das conquistas atribuídas a luta feminina, e o acesso aos direitos para as mulheres ainda é um tabu a se quebrar, a educação nesse sentido é um dos fatores que mais tem influência. O nível de escolaridade é parte integrante para a conquista de direitos das mulheres. Ainda há aqueles que acreditam que as oportunidades educacionais não elevam o avanço dos direitos das mulheres. Esses direitos não devem ser atribuídos unicamente ao nível de escolaridade de cada mulher, pois a educação é um caminho, mas não unicamente o único meio para se alcançar a emancipação das mulheres, há todo um conjunto de fatores que englobam e enaltecem o empoderamento feminino.

Para entendermos a questão, é importante que consideremos primeiro o papel da educação nessa luta, as barreiras que devem ser eliminadas quando há o desenvolvimento de conhecimentos e experiências através do processo da educação, assim há maiores chances para a participação ativa da mulher na sociedade. A contribuição da educação para as mulheres não deve depender de renda, raça ou gênero, pois deve contribuir para a formação de habilidade e competências, além do autoconhecimento para entender como se empoderar.

A mulher que adquire o conhecimento e é empoderada para assumir um papel significativo na sociedade, é capaz de ser a chefe da família, obter seu sustento e ser a dona de seu próprio lugar no trabalho e na sociedade, permitindo que essa participe ativamente da economia, sendo um passo importante para o avanço da igualdade de gênero nos espaços sociais. Já as mulheres que não têm acesso a essa educação se encontram em desvantagem.

Importante registrar que, quanto menos mulheres participam do sistema social, significa menos chances de influenciar as leis que regulam o próprio sistema. Assim por nascer mulher já se encontra em desigualdade com o homem na sociedade e pelo conhecimento por parte de sua escolaridade, as chances de uma carreira profissional são ainda menores. O patriarcalismo é enraizado e como já apresentado na questão anterior é mais um dos limitantes na conquista do espaço da mulher em assumir um papel significativo na sociedade.

O padrão na posição de vida da mulher na sociedade é capaz de ser mudado, o início para o mesmo é a quebra das barreiras de impedimento social, essas que através da educação são capazes de assumirem áreas que estão disponíveis, se adequando para se encaixar socialmente em posições de prestígio. E é sobre essa influência da escolaridade nos direitos das mulheres à participação do papel social, é que se trata a terceira (3º) questão, sendo comparada as respostas das mesmas cinco (5) mulheres para a pergunta a seguir:

### Q3. Como a escolaridade influencia para a conquista dos direitos da mulher?

Bertha: A escolaridade nos liberta da ignorância, nos qualifica para o mercado de trabalho, nos possibilita de ter participação na sociedade, além de minimizar os impactos causados pela desigualdade de gênero.

Joana: Apesar de que a sociedade hoje em dia esteja ficando cada vez mais exigente quanto a escolaridade e experiência, ainda assim o homem é colocado na frente por ser alto proclamado como “autoridade” e “superior”. A mulher com certa escolaridade vai saber como lidar com essas desigualdades, pois ela vai ter plena consciência dos seus direitos de participar de todos os espaços sociais.

Maria: A escolaridade influencia de forma positiva, as mulheres hoje estão buscando novos conhecimentos se profissionalizando para estarem aptas a exercerem funções que antes apenas homens poderiam estar exercendo e é através da escolaridade que temos conhecimentos dos nossos direitos.

Marielly: Eu diria que é de suma importância, porque é através do conhecimento que a gente vai questionar a sociedade que a gente vive e vai correr em busca dos nossos direitos.

Nísia: Através dos estudos conseguimos romper várias barreiras, inclusive a da cultura machista. Digo isto, porque o machismo não se limita apenas ao homem, existem muitas, muitas mulheres machistas, mães, tias, avós... A oportunidade de desmistificar esses conceitos pré-estabelecidos, dá-se, então com a escolarização, onde conseguimos compreender a importância do papel da mulher na sociedade e, sobretudo, a necessidade da luta contínua pela conquista dos seus direitos. Desse modo, o estudo apresenta-se como o principal responsável por essa quebra de paradigma, já que somos partícipes de famílias patriarcalistas que nos limitam desde crianças.

Nota-se que através das respostas, o estudo e qualificação, se tornam algumas das principais ferramentas para o rompimento de barreiras que limitam a acessão da mulher nas relações de trabalho e estudo. Que possibilita obter conhecimentos dos seus direitos enquanto mulher, mediante as determinações impostas por uma sociedade leiga, que de forma tradicional reflete uma cultura patriarcalista, e que de forma direta ou indiretamente impõe barreiras que dificultam a busca pelo conhecimento, e qualificação. Os quais são passos fundamentais na busca por libertação.

[...], a Educação formal, assume papel primordial, ao abordar o significado e contexto das relações de gênero que se estabelecem no cotidiano escolar com o objetivo de estimular a produção científica e a reflexão crítica acerca das desigualdades existentes entre mulheres e homens em nosso país e, sobretudo, promover a paridade e a igualdade de gênero. (JAKIMIU, 2011, p. 3552)

Assim como Bertha e Nísia afirmam, que a escolaridade é uma forma de libertação das amarras social, uma ferramenta usada como quebra de tabus impostos socialmente, assim como Joana e Maria concordam que de certa forma o nível de escolaridade também é fator que agrega

valor social para a mulher, pois aquela que está mais apta pode exercer com mais facilidades cargos que antes só homens poderiam, e todas as entrevistadas concordam que a escolaridade é sim uma forma de autoconhecimento e de aprender a lidar com as lideranças e tomadas de poder. Podemos aqui concordar com Lima et al (2019, p. 273-234) que *“O processo de aprendizagem vai além daquilo que se imagina, está desde o manuseio de um objeto e sua transformação para determinados fins e interesses (capacidade tecnológica) até o domínio de um conceito, a descoberta de novos paradigmas, o conhecimento científico.”*

Através do conhecimento que há a libertação, é por meio do acesso à escolarização que é adquirido o conhecimento dos seus direitos, e a conscientização sobre o que é seu por direito, é como uma luz que guia os seus passos rumo a liberdade. Liberdade essa, posta como não haver limites para suas conquistas, limites impostos por uma sociedade patriarcal, a qual impõe a determinação equivocada de quando e onde uma mulher deve estar. É através do autoconhecimento do seu potencial, conscientização dos direitos, o empoderamento feminino, que o sexo feminino vem ganhando espaço, força, e acima de tudo liberdade.

Fica claro que as entrevistadas concordam com a importância da educação na vida das mulheres, e por serem mulheres que participam da economia social, pois essas mesmas têm um papel social, lutam por seus direitos de participarem ativamente da sociedade em sua totalidade.

Segundo as abordagens de gênero, as diferenças nos níveis educacionais não decorrem de características biológicas, mas sim das condições históricas e estruturais da conformação de cada sociedade. Em quase todos os países do mundo as mulheres sempre tiveram maiores barreiras no acesso à escola. Alguns conseguiram derrubá-las, mas em outros ainda há uma longa batalha pela frente. (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 126)

Essas mesmas mulheres que convivem com outras mulheres, de diversos costumes etnias e profissões, elas se tornam em se, exemplos de como a sociedade mesmo em uma modernidade ainda sobre forte influência dos costumes patriarcais e que a luta pela conquista de seu espaço no sistema social ainda é um tabu, uma amarra ainda a ser quebrada, como Nísia afirma, a disparidade não acontece apenas por sexos, há também dentro do mesmo gênero, o sexismo ainda está enraizado nos costumes sociais.

Faz sim necessário Educar para a compreensão significativa e igualitária da identidade de gênero, de modo a representar homens e mulheres, masculino e feminino, como formas psichistóricas da condição humana, iguais em sua potencialidade de homonização e humanização e diferenças em suas expressões culturais, objetivas e ontológicas. (JAKIMIUI, 2011, p. 3556, apud, NUNES; SILVA, 2006)

As mulheres que têm acesso à educação de qualidade e encontram instabilidade em suas vidas, de certa forma se tornam um símbolo de conquista e de mudança para outras mulheres. Essas mulheres se tornam as agentes de mudança, quanto mais mulheres participarem ativamente do papel social, é mais um caminho dado rumo ao empoderamento e a igualdade de valores perante a sociedade. E, por mais que a educação é fator de grande importância, essa deve ser acompanhada de esforços pelas mudanças dos costumes de bullying, homofobia, transfobia, preconceito etc.; deve trabalhar o rompimento dos estereótipos tradicionais de gênero, para dar mais lugar a participação feminina no sucesso social.

#### **5.4 A mulher no mercado de trabalho**

A forma como a mulher é vista dentro do mercado de trabalho ainda é distorcida, isso por conta do sexismo persistente. Em muitas regiões do Brasil e do mundo, a mulher é discriminada e seu acesso ao mercado de trabalho é limitado. A mulher é vista como empecilho no trabalho por ser a portadora da procriação, ser taxada como a cuidadora da casa a mãe de família a que cuida das crianças e zela pelo lar e marido, ela é afetada em seu local de trabalho, sendo reduzido seu salário baseado no gênero. Elas estão à mercê de um mínimo salário, muitas vezes não havendo lugar para negociação, e não havendo lugar para cargos de lideranças. O homem ocupa os cargos mais bem pagos, são líderes e com alto poder social. Esses papéis do homem e da mulher no mercado de trabalho, é algo já preestabelecido, fundado e enraizado dos costumes sociais, já é de se esperar que a sociedade aja de forma limitada para com a mulher, deixando a mesma a um cargo sem opções de escolha ou até exercendo um mesmo cargo que os homens, no entanto recebendo um valor menor que ele, e pelo mesmo trabalho.

A entrada da mulher no mercado de trabalho, inclui muita luta. A falta de apoio, falta de equidade. Conciliar a carreira profissional com a carreira educacional e familiar, para a mulher é um desafio, pois a cobrança é ainda maior quando se é mãe, pois não há flexibilidade de horários, não é permitido a licença. E quando se está ainda iniciando no mercado de trabalho é ainda mais difícil, a ausência de experiência somado ao nível educacional tornam-se obstáculos para a sua admissão. A discriminação na contratação é visível, a sociedade é submetida a ideia de que homens devem assumir o papel de provedor da família, papel este, determinante nas diferenciações das atividades estabelecidas a cada gênero. Assim, se espera sempre que o homem seja a principal fonte econômica familiar, a dever assumir a frente de um cargo.

#### Q 4. Como você vê a situação da mulher no mercado de trabalho hoje em dia?

Bertha: Nós lutamos incansavelmente para desfazer as barreiras que ainda nos impedem de usufruir de direitos igualitários. Porém, ainda somos vítimas constantemente de situações machistas e discriminatórias dentro de nossas próprias áreas de atuação no trabalho.

Joana: A mulher tem ganhado mais espaço hoje em dia, mais ainda há um longo caminho pela frente, pois a sociedade ainda tem muito o pensamento da cultura patriarcal enraizada.

Maria: Hoje em dia a mulher ainda não está 100% inserida no mercado de trabalho apesar dessa situação ter evoluído bastante ainda temos sim exclusão de pessoas no mercado de trabalho por ser do sexo feminino.

Marielly: Eu vejo como uma situação triste, que a gente ainda precisa lutar muito ainda para conseguir de fato que a gente exerça os nossos direitos, porque a gente conquistou alguns e ainda temos que conquistar outros, só que o que a gente já conquistou às vezes não é respeitado por quê quando a gente vai para uma entrevista de trabalho, e principalmente quando temos filhos, a primeira coisa que eles perguntam a preocupação deles é se tem filhos, e com quem esses filhos vão ficar, e quando é o homem que vai não tem essa pergunta e aí já começa essa disparidade entre o homem e a mulher, então é o homem que vai conseguir aquela vaga de emprego e não a mulher, justamente por isso.

Nísia: Apesar de a situação da mulher ser bem diferente de 1800, por exemplo, a situação da mulher no mercado de trabalho ainda precisa avançar bastante. Há muitos casos de mulheres que, ao serem contratadas recebem salários inferiores aos dos homens. Em outros casos, há aquelas que não são contratadas por terem filhos pequenos, por estarem grávidas, enfim, por serem mulheres. Isso porque a responsabilidade “dos cuidados da casa” ainda é imposta somente as mulheres, e influência até mesmo na hora da busca por um emprego.

Como pode se observar nas respostas das entrevistadas, ainda há uma grande desigualdade ao se tratar da mulher no mercado de trabalho, ela ainda é muito inferiorizada e diminuída como profissional. O seu espaço ainda que tenha sido conquistado, os velhos hábitos permanecem, e o homem continua sendo colocado à frente da mulher, mesmo que ela seja qualificada, mesmo que se encontrem nas mesmas condições, de estudo, de recursos e de conhecimentos, é priorizado o homem, pois a mulher ainda é vista apenas como a dona de casa, a mãe, a que tem a responsabilidade de cuidar da casa e por conta disso, não terá como similar a responsabilidade do “trabalho” com tais tarefas domésticas.

Quando se distingue e se conceitua as categorias gênero e trabalho distintamente, é possível se visualizar uma nova definição para definir força de trabalho. Além do quê, a partir daí se percebe que o capital transita entre os gêneros masculino e feminino, evidenciando as discriminações que ocorrem, tanto com o intuito de “encontrar a mão-de-obra ideal”, como de “sexualizar ou generificar” as ocupações. (LODI, 2006, p. 151)

A hierarquização profissional é espelho de uma sociedade culturalmente patriarcal, pois quando nos referimos a uma colocação profissional, a mulher para alcançar níveis

superiores como cargos de chefia, cargos de alto teor profissional, são dificilmente vista apenas por sua qualificação profissional, é também adicionado ao seu currículo profissional sua condição como mulher aplicados no dia a dia, ou seja, vão pesar na balança se ela daria conta por cuidar da casa, por cuidar dos filhos além dos cuidados com a família. Isso, mesmo que não faça parte do seu currículo profissional, é de grande relevância para a empresa, veja não estou generalizando, em sua grande maioria acontecem corriqueiramente de forma banalizada essas discussões em uma entrevista de emprego. Podemos observar, que atualmente nas entrevistas de empregos, há perguntas direcionadas especificamente para mulheres, como por exemplo: tem filhos, pretende ter filhos? é casada? Etc. A origem a qual uma candidata a uma vaga de emprego advém profissionalmente é relevante a um cargo empresarial, institucional, no entanto, esses questionamentos para a mulher são normatizados, fazem parte de uma entrevista formal de emprego.

Apesar do grande desenvolvimento, no sentido da promoção da inserção da mulher na sociedade, e, por conseguinte, da incorporação desta no mercado de trabalho, advindas das lutas dos movimentos feministas, a desigualdade salarial, a discriminação e a não proteção do labor da mulher ainda se fazem presentes. (SIQUEIRA; SAMPARO, 2017, p. 289)

Além disso são destacados cargos femininos e cargos masculinos, limitando o acesso de mulheres, assim como, terminando cargos específicos apenas para mulheres, o qual muitas vezes incluem salários menores, atividades vistas como inferiores, e cargos de níveis não gerenciais, no que tange um núcleo de liderança dificilmente as mulheres são cogitadas a esse tipo de cargo. Fragoso (2015. 2017, p. 2) enfatiza que, *“Por elevado grau de discriminação, não só no que tange à qualidade das ocupações que têm sido criadas tanto no setor formal como no informal do mercado de trabalho, mas principalmente no que se refere à desigualdade salarial entre homens e mulheres.”* Podemos observar, que é comum em várias empresas, instituições, os cargos gerenciais são em sua grande maioria do sexo masculino, deixando assim evidente o quanto o patriarcalismo interfere e condiciona as mulheres o difícil acesso aos melhores empregos, os melhores cargos e concomitantemente a melhores salários, visando sempre a inferioridade feminina. É digno de nota que *“em 2018, as mulheres representavam 45,3% da força de trabalho, ganhavam 79.5% do total do salário pago ao homem e tinham uma jornada semanal de trabalho menor em 4,8 horas, sem considerar o tempo dedicado a afazeres domésticos e cuidados de pessoas.”* (OLIVEIRA, 2019, p. 1).

O mercado de trabalho deve investir na diversificação para o aumento de áreas de trabalho que insiram mulheres em cargos de lideranças e de igualdade com os cargos para o

sexo masculino. A inovação é necessária, a força de trabalho deve ser diversificada, a solução para o problema social deve ser o aumento de oportunidade e de igualdade mútua. A maior produtividade e rendimento na economia social quando todos participam de um sistema preze a diversificação, igualdade de oportunidades e equidade em casos diversos, tem que haver recursos, que seja um direito de todos e não uma definição por sexo, gênero ou etnia.

### **5.5 Ambiente de trabalho: homem x mulher**

As normas sociais estipulam os papéis dos homens e das mulheres. Esses papéis pré-existentes por um sistema autoimposto, que espera que homens e mulheres se comportem de certa maneira com padrões definidos pelo sexo/gênero. Esses padrões e comportamentos estão atualmente sendo desafiados, pois é evidente a injustiça da predefinição desses papéis sociais.

O homem é favorecido no trabalho, como chefe de família, como líder. A mulher é desfavorecida e é exigido maiores habilidades, competências e maiores cargas horárias para chegar ao cargo, em que para o homem não tem tantas exigências.

A igualdade de gênero é algo ainda a se implementar no mercado de trabalho, pois esse requer a quebra dos costumes e valores patriarcais, exige o rompimento de uma cultura historicamente enraizada, requer a mudança por completo das normas sociais. Mediante ao contexto, a quinta questão, trabalha justamente esse aspecto contextualizado, a seguir:

**Q5. Mulheres são maioria no exercício da profissão docente. Como você compara o tratamento dado a mulheres e homens no ambiente de trabalho docente? Mulheres e homens têm tratamento igual no ambiente de trabalho?**

Bertha: Apesar de a escola ser tida como um espaço democrático, eu vejo um tratamento diferenciado para homens e mulheres que atuam na área da docência, como por exemplo, na divisão dos componentes curriculares e também quando se refere as funções de maior qualificação, geralmente essas funções são atribuídas aos homens, já as mulheres são destinadas as funções de menor qualificação.

Joana: Não é em todas as empresas empregadoras que tratam a mulher e o homem de forma igual, e apesar do trabalho ter os mesmos requisitos e as mesmas competências, ainda tem empresas que desmerecem o trabalho da mulher, apenas por ser mulher.

Maria: O tratamento dado entre mulheres e homens depende muito da hierarquia no grupo docente, em alguns casos quando essa hierarquia é formada por homens se vê descasos com mulheres.

Marielly: Há uma enorme diferença de tratamento, principalmente de inferioridade, o homem sempre é tratado melhor do que a mulher no mercado de trabalho, porque tem aquela visão de que a mulher está no lugar errado, como se estivesse roubando a oportunidade de outro homem, e homem não menstrua, o homem não engravida, e eu acho que é devido a isso que tem essa questão do tratamento inferior do homem para mulher.

Nísia: A profissão de professora foi uma das primeiras oportunidades de trabalho para a mulher fora de casa, por esse motivo tem-se essa visão que este seja um trabalho mais feminino, sobretudo nas turmas de educação infantil. Com relação ao tratamento no ambiente de trabalho, o que se percebe é que a mulher sempre fica mais exposta e vulnerável seja qual for o público que atenta, mas isso diz mais sobre o perfil de quem é atendido do que quem presta o serviço, necessariamente.

Mediante as declarações acima podemos observar que ainda há uma grande limitação em relação a atuação da mulher no campo profissional que por muitas vezes a limita a trabalhos considerados como “femininos” e fazem com que empresas e empregadores impeçam sua expansão na vida profissional. Podemos observar também, que com a feminização de alguns cargos, acaba por ser caracterizado como um trabalho para mulher e por fim é mal remunerado por ser essencialmente feminino. Dando ênfase a este fato, Fragoso (2015, 2017, p. 5) destaca que, *“As mulheres ganham cerca de 30% a menos que os homens exercendo a mesma função. Conforme o salário cresce, cai a participação feminina. Entre aqueles que recebem mais de vinte salários, apenas 19,3% são mulheres.”*.

Ao analisar as respostas, observa-se a importância da equidade de gêneros principalmente por se tratar do ambiente educacional, pois o ensino da importância da igualdade de gêneros é fundamental para a construção de uma sociedade justa e igualitária. E partindo dessa observação percebe-se que na prática é bem diferente pois, na maioria das vezes a hierarquia do corpo docente inicia-se pelo sexo masculino como direção escolar, principalmente quando nos referimos a uma escola de maior capacidade que exige maior responsabilidade e autoridade, e isso é naturalmente entendido pela sociedade como características da figura masculina. Segundo Borges (2012, p. 316):

Pensar a figura do professor como uma representação do processo de conhecer e de aprender em nossa cultura nos remete a imaginar, também, que pesquisas nesta área contribuem para o enriquecimento tanto das ações educativas e construtoras de uma cultura pautada na educação (como forma de socialização), quanto dos posicionamentos de *si-mesmo* na cultura.

Os espaços educacionais são exemplos para a sociedade, nestes casos relatados em entrevistas, destaca-se uma realidade no qual estão presentes situações que passam despercebidas, ocorrendo, assim, um tipo de violência simbólica, na qual a mulher vitimada muitas vezes acha normal esse tipo de comportamento, hierarquia condicionada ao gênero presente na organização do corpo docente. Pois de acordo com França e Schimanski (2009, p. 70), *“As relações de gênero, portanto, se configuram numa construção social e cultural à medida que representam um processo contínuo da produção do poder de homens e mulheres nas diferentes culturas.”*. Faz-se necessário despertar o olhar para a desigualdade em relação

aos cargos e funções em que há um grande percentual de cargos e funções assim como maiores e melhores salários condicionados aos homens.

## 5.6 A permanência da mulher nos estudos e trabalho

A mulher tem conquistado o seu espaço no mundo acadêmico e no mercado de trabalho em decorrência da atual do movimento feminista em duas diversas frentes. Entretanto, ainda há uma grande misoginia fazendo com que a mulher seja tratada como inferior dentro desse espaço, embora, a participação da mulher na educação e no trabalho torna o mercado de trabalho mais acessível e grandioso em sua expansão econômica. Com isso, há o aumento das oportunidades tanto no mercado de trabalho, quanto nos estudos, assim havendo maior prosperidade em ambas as áreas, pois, a participação de todos os cidadãos nos diversos setores da sociedade, torna um sistema equilibrado e mais acessível ao objetivo de crescimento social. Portanto, essa participação da mulher na sociedade nos dois principais setores que acrescentam o potencial social, faz com que mais e mais mulheres sejam capazes de perseguirem seus objetivos sem discriminação.

A despeito dessa participação, a contribuição da mulher para a sociedade tem colaborado significativamente, havendo grandes avanços. A luta da mulher para conseguir o seu espaço tem havido resultados. Ainda que haja os contras, essas mulheres estão dispostas a correr riscos para melhorar o espaço social.

Q6. A ascensão da Mulher na vida estudantil e no mercado de trabalho depende de fatores externos que determinam a sua permanência ou desistência na busca por seus objetivos.

- a) Quais fatores você percebe que incentivam a permanência das mulheres nos estudos e no mercado de trabalho?

Bertha: Além da necessidade de mão de obra feminina no mercado de trabalho, a mulher também luta pela emancipação e pela conquista de seus direitos.

Joana: Uma das questões por manter a mulher no ambiente de estudo e no mercado de trabalho, é a busca da mulher pela valorização e reconhecimento de seu trabalho como profissional, sua competência como pessoa, e não pelo seu gênero. A busca por igualdade, o direito de ser o que quiser, quando e onde quiser, sem ser desmerecida ou desvalorizada. A mulher tem se tornado mais ativa, e pela pressão de ter que provar seu valor a cada dia, por ter que competir com a “superioridade” imposta pelo homem, tem sido cada dia mais importante para desmitificar essa ideia errônea de superioridade e inferioridade imposta na sociedade.

Maria: A busca pela independência e o reconhecimento no mercado de trabalho.

Marielly: No meu caso, em primeiro lugar o que me incentiva a continuar estudando apesar dos traumas é a questão dos meus filhos, e melhorar as condições de vida minha

e deles, outra coisa que me incentiva bastante é uma rede de apoio, por que quando a gente tem ajuda a carga fica mais leve com certeza, a questão da estabilidade financeira também é um incentivo.

Nísia: O desejo da autonomia, da liberdade financeira, da ascensão social e, sobretudo da conquista do respeito da sociedade.

b) Quais fatores você percebe que dificultam ou atrapalham a permanência das mulheres nos estudos e no mercado de trabalho?

Bertha: São vários os fatores que dificultam e atrapalham a permanência das mulheres nos estudos e no mercado de trabalho dentre eles eu posso citar a desigualdade de gênero e salarial, ambientes machistas e a dupla jornada também é um dos fatores que mais atrapalham o crescimento feminino.

Joana: São vários os fatores, como exemplo, a desvalorização da mulher pelo fato de generalizar o trabalho dela, a pressão que a mulher sofre pela sociedade por conta de estar se inserindo em um mercado que é autodominado por homens, assim a mulher é desmerecida e diminuída tanto como profissional e também como pessoa. O preconceito contra a mulher que busca conhecimento por direitos de igualdade.

Maria: A falta de apoio do núcleo familiar e a falta de compreensão, a falta de tolerância e a insensibilidade dos centros educacionais e empresas que não viabilizam estratégias para acolher as mulheres que são filhas esposas donas de casa e mães.

Marielly: Bom, as dificuldades são quase que os mesmos incentivos, porque sem a rede de apoio não tem como uma mãe continuar estudando tem a questão financeira também incentiva porque quando a mulher tem filhos e tem que buscar um emprego, isso se torna ainda mais difícil para ela continuar nos estudos.

Nísia: Elencando os mais relevantes pode-se citar o fato de constituir uma família e com ela a sobrecarga de responsabilidades com casa, filhos, marido, a falta de apoio dos familiares ou do cônjuge (principalmente deste), o assédio constante nestes ambientes e, às vezes, o sentimento de impotência devido à desvalorização que sofre por ser mulher.

Mesmo mediante a tantas limitações e dificuldades impostas percebe-se que a cada dia a mulher tem lutado pela aquisição de seus direitos, sua autonomia, sua independência emocional e financeira, e tem reconstruído os paradigmas, confrontando o machismo e a sociedade patriarcalista.

A mulher sempre foi reconhecida como um ser multitarefas, já que consegue executar várias ações ao mesmo tempo, e isso às vezes soa de modo pejorativo, pois a mulher não precisa ser multitarefas. O fato é que a designação de tarefas causa uma sobrecarga a muitas mulheres e isso muitas vezes impõem a elas a escolha de prioridades, e na maioria das vezes essa escolha a afeta profissionalmente. Marielly e Nísia são exemplos claro essas multitarefas além de evidenciarem das dificuldades de assumir esse papel, fato que atualmente se torna cada dia mais presente, o ser mulher. Entre serem mães, esposas ou profissionais, a maioria das vezes a escolha é pela família, e isso não seria negativo se fosse uma escolha pessoal e não reflexo de uma imposição dessa sociedade machista em que estamos inseridos.

Acrescentava que seria necessária uma modificação na divisão sexual do trabalho doméstico para que de fato as mulheres pudessem libertar-se das obrigações que lhes eram impostas pela sua condição sexual. Esse acúmulo de tarefas justificaria por que muitas mulheres preferiam ser donas-de-casa a exercer um trabalho remunerado. (MÉNDEZ, 2011, p. 13)

O reconhecimento profissional e a qualificação acrescentam poder e libertação agregando cada vez mais na luta por equidade, pois sabemos que a oportunidade de um emprego e reconhecimento pode proporcionar a conscientização e o empoderamento da mulher assim como o reconhecimento profissional e a conquista de respeito e dignidade. Convém destacar também, que as mulheres estão cada vez mais em busca de qualificação, e conseqüentemente mais instruídas para exercer cargos de maiores exigências profissionais.

[...]a globalização e o surgimento da Internet, no século 20, apesar de ainda existir as mais diversas formas de discriminação em razão da diferença de gênero e sexo, as interações e discussões quanto às tradições de gêneros e os ideais de igualdade, dignidade, liberdade e felicidade para a mulher e qualquer ser humano, defendidas por vários movimentos feministas, vêm trazendo desenvolvimento e um grande impacto positivo na sociedade. (SIQUEIRA; SAMPARO, 2017, p. 296)

Nota-se que, através deste empoderamento feminino, proporciona o desenvolvimento pessoal, ou seja, as suas características para alcançar um espaço mais amplo perante a todas as áreas e não só aos meios laborais, obtendo assim, a sua visibilidade na sociedade (um status social). Vemos que, apesar deste empoderamento não torna a mulher liberta dos paradigmas, pois, mesmo com toda a independência financeira, emocional, direitos conquistados, a mesma passa ainda a ser limitada em algumas atividades sociais. Como afirma a entrevistada Joana, um dos fatores limitantes para o crescimento da mulher no mercado profissional é buscar reafirmar dia após dia o seu potencial perante a exigência social de competir com a “superioridade” masculina.

O aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho é uma tendência clara de mudança na estrutura do mercado de trabalho que segue relacionada ao aumento da escolaridade feminina, à redução do número de filhos por mulher, à maior expectativa de autonomia econômica e de realização pessoal, e à maior intenção, disponibilidade ou necessidade de contribuir com a renda familiar (BRANDÃO; FERRAZ; LIMA, 2015, p. 488, apud, PIRES et al., 2010, p. 83)

Essas mulheres em sua luta pela conquista por espaço quebram barreiras para se tornarem mais aceitas e como resultado elas participam do poder político e da organização do sistema social, com isso obtém maior chance de acesso à educação de qualidade, maiores oportunidades de cargos elevados e de maior remuneração. A mulher se torna a força do crescente mercado de trabalho e da educação.

Como essas mulheres compõem grande parte dessa comunidade é importante que haja um núcleo de organização que elevem a participação da mulher no poder, assim como Marielly na questão (a) comenta a respeito da necessidade de uma rede de apoio que incentive a participação da mulher nos diversos setores sociais assim como, a permanência da mesma. Pois, como todas as entrevistadas concordam na questão (b), as dificuldades são muitas os contras, as sobrecargas, o preconceito, o assédio, entre outros, são fatores que atrapalham tanto a entrada quanto a continuação e permanência da mulher no mercado de trabalho quanto no espaço acadêmico e apesar das crenças, e o tratamento desmerecido direcionado as mulheres é um ato dito como inferioridade, derivado de uma sociedade que se autodenomina superior quando na verdade, assim como consta nos Direitos Humanos, direitos e deveres civis e políticos e dos deveres sociais e garantido por lei, todos devem ser tratados com igualdade e dignidade independentemente de sexo, origem ou gênero. O valor de um ser humano não deve ser diminuído baseado em gênero. E assim, como concordam as entrevistadas, a mulher tem tanto o direito como a escolha de querer participar do sistema social.

### **5.7 As políticas públicas como garantia da efetividade de direitos**

A grande desigualdade de tratamento direcionado às mulheres, ainda é um tabu social, mesmo atualmente. No trabalho, na educação, no meio social, nas relações de poder e até mesmo na posição familiar, são locais em que essa posição é relacionada ao gênero, sendo assim aquele que se sobressai é o tido historicamente pela sociedade de costumes patriarcais como superior.

É importante que haja o tratamento de igualdade em todas as áreas. A igualdade de gênero deve ser trabalhada de forma que haja o equilíbrio da equidade. Assim, é essencial que existam políticas públicas que possibilitem que mulheres, possam ingressar e permanecer crescendo e se desenvolvendo em todas as áreas de vida do meio social, sem que haja discriminação.

Pensando na importância de que haja políticas públicas que possam manter a efetividade do tratamento de igualdade de gênero no meio social. A pergunta a acompanhar, buscou desenvolver o questionamento pessoal das cinco (5) entrevistadas, a cerca de políticas públicas que viabilizem o ingresso, continuidade e permanência da mulher no meio escolar e profissional, a seguir:

Q7. Você é a favor de políticas que viabilizem o ingresso da mulher na vida escolar e/ou profissional que garantam a sua permanência nos mesmos?

Bertha: Sim porque pensar em políticas que viabilizem o ingresso da mulher na vida escolar e profissional vem de encontro as propostas de um país democrático e justo.

Joana: Sim, é importante que existam tais políticas, e que essas tenham mais visibilidade, para alcançar ainda mais mulheres que ainda são reprimidas por conta de se sentirem sozinhas perante uma sociedade que massacra e diminui a mulher.

Maria: Desde sempre a mulher teve essas dificuldades de ingressar e de permanecer por motivos que sempre a mulher teve essa via de mão dupla, a vida profissional e a vida de doméstica, apesar de hoje está mudando um pouco mais, mas a mulher ela sempre teve por obrigação a vida doméstica. Hoje essa questão está sendo um pouco esquecida, em alguns casos, está até se invertendo, como hoje alguns homens ficam em casa e as mulheres saem para trabalhar, mas em outros casos, ainda acontece de a mulher ter que sair para trabalhar e ter que cuidar dos afazeres domésticos, e aí a gente tem a questão da escola também, então as mulheres precisam se “rebolar” para dar conta, levando em conta que ela tenha múltiplas funções e é menos favorecida ainda no mercado de trabalho que os homens. Algumas são incompreendidas e outras já chegaram até ser demitidas por motivos pessoais, por ser mãe, por precisar sair correndo do trabalho para cuidar do filho doente, por ser filha e precisar cuidar dos pais, algumas mulheres no mercado de trabalho elas cuidam dos pais idosos.

Então, essas questões precisam ser discutidas, não estou dizendo que elas precisam ser favorecidas e ter mais privilégios, mas em algumas situações precisa ser levadas em conta a questão de horários, a mulher é que leva os filhos ao dentista, a mulher é que leva os filhos na escola, é a mulher que cuida e leva no médico, e por essas e outras situações acabam que muitas vezes a mulher interrompe a carreira profissional muito cedo, assim também como a vida escolar, a mulher precisa estudar, precisa daquele tempo.

E ainda há essas situações, e as instituições de ensino, assim como, as empresas elas precisam discutir políticas estratégicas para que isso não ocorra, porque querendo ou não a mulher sempre será uma figura materna, sempre terá essas questões domésticas. Mas que a sociedade precisa entender que a mulher também é profissional, é estudante. E aí eles precisam chegar em comum acordo para que a mulher possa permanecer na vida escolar e também na vida profissional.

Marielly: Sim, eu acho que tem uma carência muito grande em relação a surgir políticas em prol disso porque seria de grande importância, por que garantiria o direito de muitas mulheres a ir em busca de ingressar no mercado de trabalho e ter independência financeira, que de certa forma, essa dependência financeira que faz muitas mulheres ficarem em relacionamentos abusivos.

Nísia: Com certeza. Isso é uma forma de promover a equidade já que as mesmas têm muito mais dificuldades nestes quesitos, principalmente na vida profissional.

A igualdade de gênero é fundamental para a garantia de acesso de todos igualmente no meio social. Assim como, deveres sociais básicos e os direitos fundamentais, devem permanecer, o direito também da igualdade de tratamento aos gêneros no meio social, que devem ser efetivados e enaltecidos por polícias públicas, nesse meio social. Ter esse direito e a efetividade dele, é um passo que torna o meio social mais amplo e diversificado, o que traz ainda mais benefícios para esse mesmo espaço. Pois, ter a grande maioria dos cidadãos como pessoas qualificadas e educadas, garante uma força de trabalho com mais capacitação e, por fim, melhor qualidade de vida.

Bourdieu (1998, p. 129), apud: Barros (2017, p. 7):

[...] só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social, poderá, a longo prazo, e trabalhando com as contradições inerentes aos diferentes mecanismos ou instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina em todas as sociedades.

Todos os gêneros, devem ter oportunidades iguais ao serem educados, com o objetivo de terem uma melhor visão social, e trazerem para si mesmos e para o meio social, melhor qualidade de um ambiente equilibrado e benéfico.

Bertha, Joana, Maria, Marielly e Nísia concordam, que as políticas públicas são essenciais para que o papel da mulher na sociedade se torne mais visível e valorizado. Essa visibilidade necessária, que incentivará ainda mais mulheres a seguirem seus sonhos e conquistarem seus objetivos.

Todas as entrevistadas são mulheres vividas, que fazem parte de uma sociedade de costumes patriarcais, essas mesmas que com as poucas representatividades que têm, buscam realizar seus objetivos e sonhos de terem uma vida digna e justa. Assim, como Maria afirma, das dificuldades e estigma vivido tanto por ela como por muitas outras mulheres, o desmerecimento e a diminuição do papel social da mulher. O tratamento diferente direcionado a essas mulheres, é realmente repugnante.

A mulher se torna vítima do pensamento dessa sociedade hierarquizada e patriarcalista, se tornando vítimas de seus costumes, pensamentos e ações. Essas mulheres crescem com uma visão distorcida de si mesmas, acreditando que seu lugar é definido pelo seu gênero, são ensinadas que há um limite por terem nascido mulher. Maria deixa claro que, no sistema de trabalho as mulheres são discriminadas, muitas vezes nem mesmo havendo um lugar de trabalhos para elas, essas que são sobrecarregadas, mesmo bem qualificadas e aptas a terem um cargo bem-sucedido, ainda assim são diminuídas por seu gênero.

Em particular no campo da ação política, Os “estudos de gênero” foram fortemente desenvolvidos dentro de instituições universitárias, ou seja, no espaço acadêmico, sem, muitas vezes, estarem associados à luta política do movimento feminista. Daí a expressão “feminismo acadêmico”. também percebemos que o conceito, dado o seu nível de abstração, dificulta a assimilação e compreensão por parte das mulheres que não possuem formação acadêmica, ainda que sejam os sujeitos centrais do feminismo, já que são elas que estão sujeitas as mais variadas formas de opressão e exploração. Em outras palavras, para nós, o conceito de gênero dificulta a aproximação com quem deve ser o sujeito prioritário do feminismo: as mulheres trabalhadoras. (CISNE, 2014, p. 17)

Com as políticas públicas em funcionamento como um sistema de apoio, as mulheres obtêm a melhoria e o melhor acesso ao conhecimento necessário e assim sendo mais propensas a chegarem a novos patamares dentro da sociedade, levando a ter um bom relacionamento de forma saudável com todos no meio social. Assim, essas podem ter as mesmas chances de alcançarem cargos, salários e benefícios que os homens. As redes de apoio devem garantir a efetividade da continuidade dessas mulheres em perseguirem seus objetivos de carreira, sendo assim uma segurança financeira é essencial, e assim, às mulheres que tem filhos deve haver acesso a cuidados infantis de forma gratuita ou com valores acessíveis à toda a comunidade.

A emancipação da mulher não possui apenas uma dimensão restritamente econômica, já que as relações materiais dominantes associam-se às ideologias também dominantes. Abolir a propriedade privada e transformar a economia doméstica individual em uma economia doméstica socializada são premissas indispensáveis para a emancipação, contudo são insuficientes. A transformação da cultura e dos valores são, também, indispensáveis para tal propósito. (CISNE, 2018, p. 216)

O sucesso vem quando é alcançado oportunidades iguais para todos socialmente, assim havendo mais bem tomadas de decisões na educação, ou no trabalho. Não há benefícios em haver força de trabalho feminina quando há apenas homens em cargos de lideranças e tomadas de poder. Não deve haver disputas de qual gênero toma a liderança, pois não haveria diferentes abordagens, apenas colocaria como uma comparação de gênero sem a menor significância, seria apenas o mesmo que incluir para somar.

A rede de apoio é essencial para que haja a garantia da boa justiça e a manutenção da dignidade humana. A existência de políticas públicas na vida dessas mulheres, ajuda a perseguirem seus objetivos sem que sofram discriminação por conta de seu gênero. Não que a implementação dessas políticas mudará a realidade de um momento para o outro, as diferenças entre gêneros estão nos costumes sociais. No entanto, é um pequeno passo a ser dado agora, pois, mais a frente vai ser lembrado como um grande marco na vida de muitas mulheres.

A necessidade de políticas que viabilizem o acesso e permanência da mulher no mundo profissional é algo extremamente necessário e se justifica pelas respostas acima descritas. Não há como buscarmos a igualdade de direitos se não houver pessoas que abracem essa causa e a torne legal.

## **5.8 A dupla jornada**

A dupla jornada na vida das mulheres é realmente um peso e um fardo que é jogado para elas desde muito cedo. Essa dupla jornada (laboral e doméstica), refere-se a prática das

mulheres a serem obrigadas a trabalhar por uma longa jornada, esse tempo sendo dividido entre trabalhar, estudar, cuidar das tarefas domésticas, cuidar dos filhos e da família.

Essa dupla jornada a que as mulheres são impostas a seguirem, é ainda mais difícil quando se tem a cobrança de estar tempo integral no trabalho, no estudo, e o mesmo cobrado pela família. Essas cobranças são difíceis, e ainda mais quando a mulher não tem acesso a cargos com boa remuneração, horários flexíveis e para as que são mães, a assistência com os cuidados infantis.

Esse grande problema afeta a maioria das mulheres atualmente, e como ainda há pouco apoio e políticas públicas que apoiem com creches, flexibilidade de carga horaria de trabalho entre outras, para maior efetivação da participação da mulher e às necessidades existentes e o quão verbalizam socialmente, a dupla jornada, como algo comum, é injusto e limitante, ao mesmo tempo em que é prejudicial para as mulheres atualmente e para as futuras.

Ao analisamos o que a dupla jornada é na vida das mulheres. Essa mesma que desestrutura as famílias, limita os desejos e objetivos que muitas mulheres buscam alcançar. Ao comprovarmos essa opressão direcionada a essas mulheres, obrigando essas a escolherem entre trabalho, estudo, ou a família. Essa questão é evidenciada ao analisarmos as respostas das cinco entrevistadas, a seguir:

**Q8. Como você percebe a questão da dupla jornada (laboral e doméstica) das mulheres que atuam na docência?**

*Bertha:* Para as mulheres que atuam na docência, a dupla jornada não é nada fácil, pois, com a sobrecarga gerada pela dupla jornada, doméstica e profissional, as mulheres trabalhadoras sacrificam o que poderiam ser momentos de lazer, e a qualidade de vida devido as divisões desiguais dos afazeres domésticos afeta de maneira negativa a qualidade de vida e a vida profissional da mulher.

*Joana:* Essa dupla jornada é cansativa, a mulher além da pressão social, sofre com o desgaste emocional, mental e físico. Ela apenas por nascer mulher já é intitulada como um objeto doméstico e cuidadora da casa, e ao entrar no espaço social e mercado de trabalho e escolar, além da pressão do dia-a-dia, é exaustivo, e ainda tem que competir por esses espaços com homens que nem ao menos às respeitam.

A mulher é dividida entre diversos espaços, e ainda tem que competir por todos, e na docência não é diferente, o tratamento é diferente, e não é um diferente bom, pois é vista como frágil, não tem mão firme, ou se altera a voz, é ignorante. A mulher é sempre taxada pelo simples fato de nascer mulher.

*Maria:* É uma tarefa árdua que muitas vezes dá para conciliar o doméstico com o serviço profissional, porém, ainda há muitas controvérsias quando nós falamos de maternidade, da licença maternidade no serviço, de alguns outros como profissional e estudantil quando a mulher também estuda. Em relação a ser mãe e ser profissional o que eu tenho a dizer que há controversas em relação de início a licença-maternidade que em algumas empresas são 90 dias, outros são 120 dias, inclusive será pauta de uma assembleia do sindicato da educação aqui de Grajaú, referente à licença-maternidade, segundo o Ministério da Saúde, a mãe tem que amamentar

exclusivamente com leite materno até os 6 meses de vida da criança. E aí a gente chega nas nossas empresas e instituições de ensino e você tem apenas os 90 dias ou 120 dias de licença maternidade, como que eu vou fazer para garantir que meu filho vai amamentar exclusivamente leite materno até os 6 meses de vida? Então, é essas questões é o que ainda torna muito difícil a vida profissional da mulher.

Eu falo na minha experiência de mãe, essas foram umas das maiores dificuldades que eu tive, “ah mas tira o leite guarda”, mas como que eu vou conciliar o tempo de cuidar da criança, e tirar ele para guardar, de trabalhar, de buscar dar o meu melhor no meu serviço, e entre outras tarefas que existem? E não é só isso, então essas são umas das principais questões, fora outras que ainda estão querendo ou não, atrapalhando a vida profissional da mulher.

Na vida docente, nós já tivemos grandes conquistas, hoje se olha em um grupo de 10 professores 9 são mulheres, estamos em um grande número dentro da educação, conseguimos conquistar esse mérito, mas ainda sofremos muita discriminação, falta de compreensão, falta de empatia, por alguns colegas do sexo masculino que estão à frente das nossas escolas, secretarias, que por sua vez não compreendem que o papel da mulher profissional também não deixa de lado que a mulher também é muitas vezes dona de casa, mãe ou filha que cuida dos pais, e por ser uma figura masculina e está à frente de uma escola muitas vezes é indiferente com a situação, não compreende, não tem empatia, e às vezes fica difícil tentar conciliar essa vida doméstica, de mãe, de filha, de esposa, dona de casa, e ser uma profissional que por diversas vezes são taxadas de que não quer trabalhar ou que não precisa, mas nós temos múltiplas funções, querendo ou não, a mulher ela nasceu com esse dom de exercer várias funções ao mesmo tempo. E graças a Deus né! Porque se não fosse essa habilidade não sei o que seríamos de nós.

Marielly: Eu vejo que é exaustiva, principalmente quando a mulher tem filho e ela não tem uma rede de apoio e ela tem que se virar sozinha para poder dar conta de tudo, entre aspas, porque ninguém nunca dá conta de tudo.

Nísia: O que se percebe são as cobranças constantes todos os lados. Muitas vezes a mulher é sujeitada a fazer escolhas profissionais para evitar a instabilidade na vida pessoal e o contrário também acontece. É raro você encontrar uma mulher que tenha uma alta patente no trabalho ou uma carga horária extensiva casada, tudo por conta da falta de colaboração, de companheirismo e de compreensão, sentimentos tão comuns a mulheres que possuem cônjuges que trabalham sob estes quesitos. E assim, por muitas vezes, a mulher vai perdendo oportunidades e limitando o seu potencial para se adequar as conveniências de uma sociedade machista, seja na docência ou em quaisquer outras áreas profissionais.

As entrevistadas afirmam da pressão constante que sofrem no dia-a-dia, pelas cobranças, pelo não companheirismo, ter que se sujeitar a viver sobre a exaustão da dupla jornada. Com isso, há uma preocupação crescente, pois, toda essa cobrança se torna algo comum na sociedade, a própria mulher passa a se cobrar. Assim, como Joana afirma, a mulher passa a acreditar desde sua infância que, as tarefas domésticas são de obrigação da mulher, essa mesma que cresce e se enraíza como nos costumes sociais, como uma doença que toma conta de todo o controle mental tornando-as vítimas da sociedade.

Em todas as sociedades a forma mais comum da divisão do trabalho refere-se à distinção das atividades que são desenvolvidas pelos homens e pelas mulheres. Trata-se da divisão sexual do trabalho, que se constitui em uma das bases da organização econômica da sociedade e seu impacto se dá, principalmente, nas relações de gênero. (FRANÇA; SCHIMANSKI, 2009, p. 70)

Mariely afirma que, o impacto da dupla jornada afeta cada dia mais no bem-estar da mulher. Ele limita a mulher, tira seu tempo de lazer, afeta sua saúde mental e física, levando ao estresse e ao esgotamento. A competitividade e as cobranças são constantes, a seletividade é real. A mulher é levada a concorrer com outras mulheres por cargos que são deixados como forma de inclusão, porque a sociedade estipula que deve ter a participação de todos, mas, na verdade, essa participação é generalizada e segregatória. Mesmo aqueles que conseguem seguir uma carreira de trabalho ou estudo, tendo que manter uma dupla jornada, levando a exaustão a baixa produtividade, e ao estresse excessivo.

Fica comprovado das dificuldades, medidas devem ser tomadas, mas essas não podem ser provisórias, que acalmem apenas por um momento e mais tarde se tornando algo ainda pior. É necessário que tornem visíveis e reconhecido publicamente dessa seletividade e misoginia no trabalho. E para que não haja danos permanentes, ou a longo prazo, deve haver uma força de apoio constante, que seja justa e honesta, que tenham uma visão limpa de todas as partes envolvidas no social e familiar nesse processo.

Dentre várias formas de agressão contra as mulheres uma das mais pertinentes é a agressão psicológica, é um tipo muito recorrente e por não deixar marcas físicas é ignorada pela maioria das pessoas e até mesmo pelas suas vítimas. O fato de a mulher ter uma família e ter um emprego a faz ficar sujeita a várias pressões, muitas vezes a sua busca por ascensão profissional é tachada de gananciosa e desnecessária, e os julgamentos são constantes.

A história da mulher, a qual em muito explica a da executiva, é uma história de submissão ao homem. Impossível ignorar, por exemplo, que a dupla jornada feminina é um empecilho profissional considerável – e que a prática existe desde os primeiros séculos d.C., através da dominação masculina (LODI, 2006, p. 152).

É constante, por esse motivo, que nessa vida dupla muitas mulheres abandonam seus empregos ou até mesmo se divorciem, pois, é vinculado por muitos o pensamento de que uma mulher bem-sucedida não priorize a sua família. Na maioria das vezes por conta da pressão social, as mulheres deixem seus objetivos, como por exemplo, a terem uma formação acadêmica para se submeter aos trabalhos domésticos, devido à sociedade ter uma visão implantada de que a mulher tem como principal objetivo, cuidar da casa e ser submissa ao homem. Siqueira e Samparo (2017) ressalta que:

Um dos fatores dessa situação com certeza advém do preconceito em relação à inserção da mulher no âmbito laboral, o que configura uma violência simbólica, como também um reflexo da divisão sexual do trabalho, visto que ainda existe a máxima de que lugar de mulher é “pilotando um fogão. (SIQUEIRA; SAMPARO, 2017, p. 302)

Vemos o quanto é importante a presença e permanência das mulheres no âmbito político e na participação da elaboração dos planos das políticas públicas, assim, havendo uma grande quebra no sistema patriarcal, onde o homem vem sendo sempre o alfa em todas as áreas, ou seja, vem com a visão já definida de que tem mais a oferecer a sociedade do que a mulher. A mulher, ao participar das decisões sociais, o nível de desigualdade seria mais equilibrado e o papel da mulher no meio social viria a ser mais valorizado e não seria mais vista apenas como um ser reprodutor e dona de casa, mas como um ser que preserva seus direitos de estar incluída em todas as áreas e em ter seu devido reconhecimento, pois, não é fácil ser reconhecida em uma sociedade patriarcal e machista, que faz da mulher uma “escrava social”.

### **5.9 A valorização do trabalho feminino**

Vimos até aqui que uma sociedade pautada por costumes patriarcais valoriza menos os trabalhos das mulheres do que dos homens. Mulheres que têm as mesmas funções que os homens muitas vezes não recebem os mesmos benefícios. A conciliação entre trabalho, vida familiar e estudo para muitas mulheres ainda é um fardo, há desvalorização. Também ainda há muita comparação em benefícios e não benefícios entre os gêneros. É viável que, devemos ter em mente que os costumes estão fundamentados com base de uma cultura sem conhecimento que generaliza objetos, trabalho, status, dentre outros fatores existentes nesse padrão social. Precisamos criar uma cultura que tenha como foco a valorização, a dignidade e o mesmo tratamento no trabalho, estudo e na vida familiar, de forma que não seja generalizada.

A valorização do trabalho feminino deve ser o primeiro passo para alcançar um equilíbrio entre a igualdade e a equidade de gêneros no meio social. Essa participação social e em trabalhos remunerados, estudar e ter uma vida familiar, nesse contexto, as participantes discorrem a respeito de como podemos valorizar e trazer mais reconhecimento para a mão-de-obra feminina, a seguir:

#### **Q9. O que podemos fazer para valorizar o trabalho feminino?**

Bertha: A sociedade deve reconhecer que a mulher é um ser dotado de qualidades e que vem atuando de forma competente na realização das atribuições as quais lhes são dadas, mas o que podemos fazer hoje é continuar lutando pela conquista de nossos direitos.

Joana: O primeiro passo é o autoconhecimento pessoal, com isso devemos tornar mais visíveis as políticas que garantem o espaço da mulher tanto no ambiente escolar como profissional, o segundo passo é não tratar o trabalho e o conhecimento da mulher de forma que generalizada.

Maria: Buscar estratégias que viabilizem a valorização da mulher como profissional como cursos profissionalizantes em tempos e horários adequados para sua vida dupla de profissional e doméstica.

Marielly: Incentivar, ajudar quando a gente puder incentivar essa mulher a estudar, a ingressar no mercado de trabalho, quando ela tiver filho ajudar dando alguma contribuição e dá o apoio que ela necessita.

Nísia: É necessário a compreensão de que, nós, mulheres, não somos inferiores por pertencermos ao gênero feminino e, é inaceitável que nos façam pensar o contrário, nós podemos ser o que quisermos ser, e chegar a lugares inimagináveis, basta lutar e persistir pelos nossos objetivos. Também é preciso valorizar o movimento Feminista que assegura o protagonismo e o empoderamento de todas as mulheres e nos transmitem maior segurança no alcance dos nossos direitos, fazendo-nos valorizar as conquistas ao longo dos tempos, imprescindíveis para a nossa autonomia, na certeza de que a luta não pode parar.

O trabalho da mulher precisa ser valorizado, visto que a sua presença nesse âmbito é de extrema importância para o desenvolvimento de nossa sociedade. Sua participação é fundamental na construção de uma sociedade justa e igualitária, bem como favorece para o desenvolvimento social, político e econômico. Portanto, precisamos compreender todo o processo de lutas pela emancipação da mulher no mundo do trabalho e enfatizá-las em todos os meios, promovendo conhecimento e ruptura de preconceitos e discriminação de gênero. Cisne (2018, p. 221), ressalta que:

Partindo do princípio de que a emancipação da mulher está associada à construção de uma nova sociedade, o patrimônio categorial do marxismo se faz indispensável para a luta das mulheres, uma vez que tem como objeto a sociedade burguesa e como objetivo a sua superação. Por sua vez, o feminismo contribui de forma significativa para a compreensão das relações sociais, incluindo o desvelar crítico da divisão social do trabalho que é atravessada pelas relações sociais de sexo e raça, assim como as próprias classes sociais também o são. Relações essas que se encontram consubstanciadas e coextensivas dialeticamente [...].

Atualmente, é notório a participação da mulher no mercado de trabalho, mas infelizmente a desigualdade permanece, principalmente nos setores de chefia, cargos de grandes responsabilidades e de cargos detentores de maiores salários. Mesmo as mulheres estando em maior número socialmente e bem mais propícias a exercerem tais atividades, mesmo diante todo este desenvolvimento social, ainda assim consta que estão em uma escala de menor número na taxa de emprego.

Bertha afirma, que falta reconhecimento e uma rede de apoio às mulheres, e que é preciso que haja uma reforma dos costumes e que os direitos não sejam generalizados. Joana e Marielly, discorrem sobre a falta de autoconhecimento, colocando esse como um ponto chave para as mulheres que sofrem com a antipatia e a generalização no espaço de trabalho, educação e familiar. A mulher nesse sentido, como Joana afirma, sofre pela falta de apoio, assim como

Bertha diz, ainda há pouca visibilidade da realidade, pois essa está sendo mascarada por aqueles que assumem grande parte do controle dos espaços sociais. Sem um conhecimento amplo desse espaço e dos direitos existentes, toda a sociedade se torna vítima da ignorância, da arrogância e da intolerância.

Maria afirma, sobre a pouca visibilidade e a desvalorização da mão de obra feminina, e como é difícil a dupla jornada para as mulheres, essas que tem que se tornar um objeto que se molda para se encaixar em espaços que as diminuem como mulher. Nísia assegura, a cerca de como os costumes enraizados colocam a mulher na sociedade como um ser inferior, pela generalização. E que é necessária uma reforma desses costumes, falta valorização e efetividades dos direitos sociais, e mais reconhecimentos dos movimentos feministas já existentes. Uma cultura que respeite as responsabilidades profissionais, educacionais, e que essa seja favorável às necessidades e falhas sociais perante as mulheres.

Como ressalta Fragoso, (2015. 2017, p. 2):

Ganhar seu próprio dinheiro, ser independente e ainda ter sua competência reconhecida é motivo de orgulho para todas. Apesar da evolução da mulher no mercado de trabalho que era antes exclusivamente masculina, e apesar de ter adquirido mais instrução, os salários não acompanharam este crescimento.

Isso ocorre porque tradicionalmente é esperado que as mulheres assumam as funções domésticas e de cuidados da família como principal responsabilidade, por conta disso, a jornada de trabalho da mulher é intensificada, não por conta da vida profissional, mas sim da dupla jornada que em muitos casos teve que reduzir sua carga horária, assim como sua remuneração, não conseguindo trabalhar em tempo integral, e o seu trabalho se torna de certa forma desvalorizado. Como exemplo, a mulher que assume o mesmo cargo que o homem e negam a ela o mesmo pagamento pelo mesmo trabalho, estão a discriminar e a desvalorizar o trabalho feminino, vemos que essas diferenças salariais baseadas em gêneros estão cada vez mais visíveis na sociedade.

É necessário que dentro de políticas públicas seja abordado esses estereótipos generalizados de trabalhos e funções sociais. Esse apoio e a mudança de costumes ajudará a tornar o ambiente social um local de segurança e apoiador, onde o encorajamento seja um dos pontos fortes de valorização, que mulheres não precisem sacrificar suas vontades e compromissos para se encaixar no que os outros desejam e cobram delas.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres desempenham um papel essencial na sociedade em que vivemos, sua presença torna o mundo mais humanizado e transformador. Sua presença, seja em casa ou no trabalho externo, constitui em si uma ação política, pois transforma as crenças, valores e ações, reconstrói conceitos e quebra estereótipos. Isso requer um forte apoio que transcende o exercício da profissão em si e leva à reflexão sobre o propósito e significado da importância da mulher, em um debate que abrange a perspectiva social, organizacional e profissional.

A escola surge, nesse aspecto, como um espaço privilegiado para gerar novos padrões culturais: relações humanas baseadas no respeito e dignidade, igualdade e diversidade de identidades, a abordagem de gênero, um modelo integral da pessoa, um reordenamento dos valores humanos, um caminho crítico entender o mundo e transformá-lo, compromisso de diálogo e participação, e a educação se torna uma das molas propulsoras para que a emancipação feminina.

A capacidade de atender aos interesses e motivações para que a sociedade atual repense a relevância da mulher gera aprendizagem significativa e crítica a partir de sua própria experiência. É um primeiro passo para começar a tecer pontes de diálogo com o meio e se levantar (ou simplesmente deixar emergir) questões críticas em relação às causas, consequências e possíveis soluções para os problemas que as cercam. Isso requer que os claustros tenham a autonomia necessária para decidir sobre questões organizacionais, conteúdo etc.

Nós não podemos separar o tipo de escola que queremos do tipo de sociedade que queremos alcançar. Por esse motivo, as escolas precisam ser as primeiras a buscar a igualdade de gênero, ensinar o respeito bem como os direitos de cada cidadão e cidadã, já que educam através das mensagens que transmitem, mas principalmente através das práticas, formalizadas ou não, que todos os participantes produzem. Uma escola democrática, aberta ao diálogo, à inclusão, com espaços de encontro entre todos os atores educacionais, amplia o repertório de oportunidades para o exercício da cidadania.

Esta escola aberta, que é uma comunidade, deve estabelecer sinergias e coordenação com outros referentes socioeducacionais. Desta maneira, a dimensão política das escolas, refere-se ao desenvolvimento da capacidade de pensar coletivamente, procura construir sentidos sociais que, evidenciados em um contrato social que se expressa em justiça e liberdade, permitam a adesão e a construção da identidade coletiva e de uma visão favorável a quebra de tabus e o extermínio do preconceito, uma reconstrução da figura feminina, que precisa deixar

de apresentar-se como frágil e indefesa e surgir como um ser capaz e independente. Este potencial é procurado para desenvolver em meninas e meninos a capacidade de pensar, agir e sentir o mundo do público, o mundo do bem comum, o mundo em que eles se sentem incluídos, suas histórias lidas e, portanto, suas necessidades assumidas como suporte para o desenho de políticas de atenção e busca contínua do bem-estar coletivo; o cenário público é o mundo onde todos estão sujeitos a direitos e deveres.

Este trabalho proporcionou uma análise da luta das mulheres pela conquista de direitos, desde a luta pela autonomia profissional até o direito à participação política, levando em consideração todos os fatores e limitações que a sociedade impõe para a efetivação de direitos básicos para o indivíduo

As primeiras questões investigativas buscaram identificar a relevância do Feminismo para a conquista dos direitos das mulheres na sociedade, bem como a influência do Patriarcalismo no processo de ascensão da mulher na vida profissional. Outra temática abordada foi a escolaridade da mulher e o reflexo de sua ausência ou presença traz nesta luta. Através das perguntas, podemos analisar também a situação atual da mulher no mercado de trabalho, na docência, mais especificamente e os fatores que dificultam ou atrapalham a sua permanência neste meio.

Durante toda a elaboração foram se confirmando as hipóteses levantadas a princípio e surgindo fatos novos que colaboraram para entender o problema central dessa investigação. E foi-se percebendo a necessidade de expandir a temática para homens e mulheres, homens para que reflitam sobre a importância da mulher e as respeitem como de fato merecem, e mulher, para que conheçam seus direitos, sua força e seu potencial.

Sinalizamos ainda que, a mulher sendo o lugar dela onde ela deseja, assim há mais espaços e ambientes para suas conquistas atualmente, no entanto ainda é necessário mudanças, nas escolas, universidades e trabalho, nesse sentido é preciso que haja Políticas Públicas e redes de apoio em efetividade para dá auxílio para mulheres que estão na correria de uma dupla jornada, para aquelas que seguem uma vida de multitarefas, se dividindo entre trabalho, estudos ser mães.

Assim ao finalizar este estudo, espera-se contribuir para a quebra de tabus e fomentar a busca por tantos outros direitos que precisam ser asseguradas para a mulher, sua emancipação, seu protagonismo e a certeza de que o gênero não define suas potencialidades nem limita a sua capacidade, bem como a certeza de que o “o lugar da mulher, é onde ela quiser estar”.

## 7. REFERÊNCIAS

A NOVA DEMOCRACIA. **8 de março, o verdadeiro Dia Internacional da Mulher Proletária!** Disponível em:< <https://anovademocracia.com.br/no-17/883-8-de-marco-o-verdadeiro-dia-internacional-da-mulherproletaria>. >Acesso em 12, jul. 2021.

AGENDA CAPITAL. **Dia Internacional da Mulher: Uma data histórica que deve sim ser celebrada.** Disponível em:< <http://agendacapital.com.br/dia-internacional-da-mulher-uma-data-historica-que-deve-sim-ser-celebrada/> >Acesso em: 01 jul. 2021.

BARROS, Ana Paula Oliveira. **A construção da imagem da mulher por meio do discurso masculino: uma análise a partir das relações de gênero e poder.** Florianópolis, Seminário Internacional Fazendo Gênero II e 13º Mundo de Mulheres, 2017.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. **A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX.** Cadernos de Pesquisa, v. 39, p. 125-156, 2009.

BIRMAN, Joel. **O feminismo quarenta anos depois.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

BORGES, Fabrícia Teixeira. **A professora que vemos nos filmes: construção identitária e significados da docência.** Cad. CEDES, Campinas, v. 32, n. 88, p. 303-317, dez. 2012. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622012000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622012000300004&lng=pt&nrm=iso) >Acesso em: 17 out. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** - 11º ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Bertrand Brasil. 9ª ed. Rio de Janeiro, 2010.

BRANDÃO, Rebeca Almeida; FERRAZ, Sofia Batista; LIMA, T.C.B. **Mulheres e valores do trabalho: estudo em uma multinacional.** Revista Organizações em Contexto-online, v. 11, n. 22, p. 487-514, 2015.

BRASIL. **Constituição Federal De 1988.** Disponível em:< [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) >Acesso em: 24 jan. 2022.

BRITO, Jussara Cruz de. **Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 195-204, jan. 2000. Disponível em:< [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2000000100020&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2000000100020&lng=pt&nrm=iso) >Acessos em: 17 out. 2020.

CASTRO, Luciana Martins. **A contribuição de Nísia Floresta para a educação feminina: pioneirismo no Rio de Janeiro oitocentista.** Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História, v. 7, n. 10, 2010. Disponível em: < [https://outrostempos.uema.br/index.php/outros\\_tempos\\_uema/article/download/108/84](https://outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/download/108/84) >Acessos em: 21 jan. 2023.

CISNE, Mirla. **Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais.** Serviço Social & Sociedade, p. 211-230, 2018. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/kHzqt9vwyWmMyFd6hZjDmZK/?format=html> >Acesso em:12 jul. 2022.

CISNE, Mirla. **Relações sociais de sexo,“raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista.** Temporalis, v. 14, n. 28, p. 133-149, 2014. Disponível em:< <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7886> >Acesso em:12 jul. 2022.

CONTINENTINO, Marcelo Casse. **Proibição do retrocesso social está na pauta do Supremo Tribunal Federal.** Disponível em:< <https://www.conjur.com.br/2015-abr-11/observatorio-constitucional-proibicao-retrocesso-social-pauta-stf> >Acesso em: 23 jan. 2022.

CORRÊA, Carlos Romeu Salles. **"O princípio da proibição do retrocesso social no direito do trabalho."** (2016).

DA CUNHA, Lidiane Alves. **UM OLHAR SOBRE O GÊNERO: O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA VIDA DAS MULHERES.** Disponível em:< [https://eneseb.com.br/sistema/congressista/modulos/trabalho/trabalho/apresentacao/TRABALHO\\_APRESENTACAO\\_EV148\\_MD4\\_SA100\\_ID787\\_08042021231440.pdf](https://eneseb.com.br/sistema/congressista/modulos/trabalho/trabalho/apresentacao/TRABALHO_APRESENTACAO_EV148_MD4_SA100_ID787_08042021231440.pdf)> Acessos em: 24 jan. 2023.

FRANÇA, Ana Letícia de; SCHIMANSKI, Édina. **Mulher, trabalho e família: uma análise sobre a dupla jornada feminina e seus reflexos no âmbito familiar** (Women, work and family: analysing feminine work and its consequences to family affairs. Emancipação, v. 9, n. 1, 2009. Disponível em:< <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/download/687/641/> >Acesso em:21 Jan.2023.

LIMA, Edwiges Inácia et al. **O papel da educação formal, não formal e informal na formação política de mulheres educadoras.** PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho, v. 20, n. 1, p. 270-286, 2019.

DE OLIVEIRA, MARIA ALINE MATOS. **MEMÓRIA E REPARAÇÃO: O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA NO BRASIL (1975-1979).** Disponível em:< [http://anais.educonse.com.br/2015/memoria\\_e\\_reparacao\\_o\\_movimento\\_feminino\\_pela\\_anistia\\_no\\_brasil\\_1.pdf](http://anais.educonse.com.br/2015/memoria_e_reparacao_o_movimento_feminino_pela_anistia_no_brasil_1.pdf) > Acesso em:21 Jan. 2023.

DOMINGUES, Sana Gimenes Alvarenga. **UMA BREVE HISTÓRIA DO SURGIMENTO DO FEMINISMO NO BRASIL.** Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Campos- ISSN: 1980-7570, v. 5, n. 1, p. 134-143, 2020. Disponível em:< <http://www.revistas.uniflu.edu.br:8088/seer/ojs-3.0.2/index.php/direito/article/view/139/64> > Acesso em:12 Jul. 2022.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. **A ciranda das mulheres sabias: ser jovem enquanto velha, velha enquanto jovem.**Rocco, Rio de janeiro, 2007.

FILGUEIRA, Gilvaneide; CUNHA, Lidiane Alves da. **UM OLHAR SOBRE O GÊNERO: O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA VIDA DAS MULHERES.**

FOUCAULT, Michel. Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FONTENELLE-MOURÃO, Tânia M. Mulheres no topo de carreira: flexibilidade e persistência. In: **Mulheres no topo de carreira: flexibilidade e persistência**. 2006. p. 91-91. Disponível em: < <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1072762> > Acesso em: 21 jan. 2023.

FRAGOSO, Carolina. **A evolução da Mulher no mercado de trabalho**. 2015. 2017. Disponível em: <https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/a-evolucao-da-mulher-no-m> > Acesso em: 12 Jul. 2022.

GASTALDO, Édison. **Goffman e as relações de poder na vida cotidiana**. RBCS. Vol. 23 n°68, outubro/2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, ed. Atlas, 6° edição, 2008.

GOFFMAN, Erving. **A representação da vida cotidiana**. Petrópolis, ed. Vozes, edição 10, 1985.

GOFFMAN, Erving. **Estigma - Nota sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Ed. Quarta Edição, 1891.

GUI, Roque Tadeu. **Grupo focal em pesquisa qualitativa aplicada: intersubjetividade e construção de sentido**. Revista Psicologia: organizações e trabalho, v. 3, n. 1, p. 135-159, 2003.

JAKIMIU, Vanessa Campos de Lara. **A construção dos papéis de gênero no ambiente escolar e suas implicações na construção das identidades masculinas e femininas: uma dinâmica de relação de poder**. Paraná. SIRSSE. 2011.

KREUTZ, Lúcio. Milena Cristina Aragão. **Revista História da Educação-RHE Porto Alegre** v, v. 15, n. 34, p. 106-122, 2011.

LAZZARINI, Ana Beatriz et al. **Mulheres na ciência: papel da educação sem desigualdade de gênero**. Revista Ciência em Extensão, v. 14, n. 2, p. 188-194, 2018.

LEONE, Eugenia Troncoso; BALTAR, Paulo. **A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro**. Rev. bras. Estud. Popul., São Paulo, v. 25, n. 2, p. 233-249, dez. 2008. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-30982008000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982008000200003&lng=pt&nrm=iso) > Acesso em: 17 out. 2022.

LIMA JARDILINO, José Rubens. **Educadora, Feminista, Indigenista: Leolinda Figueiredo Daltro, uma "Dama" da educação brasileira no final do século XIX**. Revista Historia de la Educación Latinoamericana, v. 18, n. 26, p. 7-11, 2016. Disponível em: < <http://www.scielo.org.co/pdf/rhel/v18n26/v18n26a01.pdf> > Acesso em: 21 jan. 2023.

LODI, Odete. **A mulher e as relações de trabalho**. Revista Ciências Sociais em Perspectiva, v. 5, n. 9, p. 149-160, 2006.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo**. Mulher e trabalho, v. 5, 2011.

MONTEIRO, Kimberly Farias; GRUBBA, Leilane Serratine. **A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo**: de sufragettes às sufragistas. Direito e desenvolvimento, v. 8, n. 2, p. 261-278, 2017.

OLIVEIRA, Rosane Cristina; GOMES, Raphael Fernandes; LIMA, Jacqueline de Cássia Pinheiro. **DA LUTA POR DIREITOS AO EMPODERAMENTO FEMININO: OS ENTRAVALS PARA O COMBATE À DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL**. LexCult: revista eletrônica de direito e humanidades, v. 2, n. 3, p. 202-217, 2018. Disponível em: < <http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/article/view/110> > Acesso em: 21 jan. 2023.

OLIVEIRA, Nielmar de. **Pesquisa do IBGE mostra que mulher ganha menos em todas as ocupações**: A diferença entre Carga horária trabalhada vem diminuindo. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:< <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-03/pesquisa-do-ibge-mostra-que-mulher-ganha-menos-em-todas-ocupacoes> > Acesso em 26 Jan.2023.

OLIVEIRA, Nielmar de. **Mulher ganha em média 79,5% do salário do homem, diz IBGE**. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:< <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-03/mulheres-brasileiras-ainda-ganham-menos-que-os-homens-diz-ibge> > Acesso em 26 Jan.2023.

POMPEU, João Batista Pereira. **Direito da mulher**. Disponível em:< [https://joapompeu.jusbrasil.com.br/artigos/114845394/o-direito-da-mulher?ref=topic\\_feed](https://joapompeu.jusbrasil.com.br/artigos/114845394/o-direito-da-mulher?ref=topic_feed) > Acesso em: 24 de fevereiro de 2022.

POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**. Enfoques epistemológicos e metodológicos, v. 2, 2008. Disponível em:< [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1895937/mod\\_resource/content/1/04\\_OB-JACCOUD\\_MAYER.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1895937/mod_resource/content/1/04_OB-JACCOUD_MAYER.pdf) > Acesso em: 20 jul. 2022.

REIS, Eduardo J. F. Borges dos et al. **Docência e exaustão emocional**. Educ. Soc., Campinas, v.27, n.94, p.229-253,abr. 2006. Disponível em:< [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302006000100011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000100011&lng=pt&nrm=iso) > Acesso em: 17 out. 2020.

Relatório Global sobre os Salários 2018/19: **O que está por trás da diferença salarial entre homens e mulheres** Bureau Internacional do Trabalho – Genebra: OIT, 2019. Disponível em:< [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms\\_734393.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_734393.pdf) > Acesso em 26 Jan.2023.

RIBEIRO, Matilde. **Mulheres Negras Brasileiras de Bertioga**: a Beijing. Estudos feministas, v. 3, n. 2, p. 446, 1995. Disponível em:< [http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1077\\_1824\\_ribeiromatilpagu.PDF](http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1077_1824_ribeiromatilpagu.PDF) > Acesso em: 20 jul. 2022.

ROCHADEL, Greice Mandelli Moreira. **História do trabalho da mulher**. Disponível em:< [http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=3898](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3898) >Acesso em: 25 nov. 2021.

ROVERE, Maxime (Ed.). **Arqueofeminismo: mulheres filósofas e filósofos feministas séculos XVII-XVIII**. n-1 edições, 2019.

SANTOS, Luciana da Silva; DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling. **Donas de casa: classes diferentes, experiências desiguais**. Psicologia Clínica, v. 23, p. 137-149, 2011.

SAL, Victoria. **Diccionario ideológico feminista**. Icaria Editorial, 2001. Disponível em:< [https://www.legisver.gob.mx/equidadNotas/publicacionLXIII/Victoria%20Sau%20-%20Diccionario%20Ideologico%20Feminista%20II%20\(1981\).pdf](https://www.legisver.gob.mx/equidadNotas/publicacionLXIII/Victoria%20Sau%20-%20Diccionario%20Ideologico%20Feminista%20II%20(1981).pdf) >Acesso em: 21 Jan.2023.

SIMÕES, Fátima Itsue Watanabe; HASHIMOTO, Francisco. **Mulher, mercado de trabalho e as configurações familiares do século XX**. Vozes dos Vales, v. 1, n. 2, p. 1-25, 2012.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; SAMPARO, Ana Julia Fernandes. **Os direitos da mulher no mercado de trabalho: da discriminação de gênero à luta pela igualdade**. Revista Direito em Debate, v. 26, n. 48, p. 287-325, 2017.

SOIHET, Rachel. **História das mulheres e história de gênero: um depoimento**. Cadernos pago, n. 11, p. 77-87, 1998.

SOUSA, Lia Gomes Pinto de; SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira; LOPES, Maria Margaret. **Para ler Bertha Lutz**. cadernos pagu, p. 315-325, 2005. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/cpa/a/XWz4cnThBxsxXRgFcyNvzjy/?lang=pt> > Acesso em: 21 jan. 2023.

TERRA, Bibiana. **O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER E A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE EM 1987 E 1988: A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA QUE REVOLUCIONOU OS DIREITOS DAS MULHERES NO BRASIL**. LexCult: revista eletrônica de direito e humanidades, v. 5, n. 3, p. 34-58, 2021. Disponível em:< <http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/article/download/565/362> >Acesso em: 21 Jan. 2023.

TRIGUEIROS, Marcelo. **Trabalho insalubre durante a gravidez e lactação: da permissão pela Reforma Trabalhista à proibição pelo STF**. Disponível em:< <https://mtrigueiros.jusbrasil.com.br/artigos/718244981/trabalho-insalubre-durante-a-gravidez-e-lactacao-da-permissao-pela-reforma-trabalhista-a-proibicao-pelo-stf?ref=serp> >Acesso em: 02 jul. 2021.

TUROLLA, Rodolfo. **6 Princípios do direito do trabalho**. Disponível em:< <https://www.politize.com.br/principios-do-direito-do-trabalho/> >Acesso em: 26 nov. 2021.

VALOR. **IBGE: Mulheres têm mais acesso ao ensino superior, mas ainda são minoria em áreas como engenharia e TI**. ABRAFI, 2021. Disponível em:< <https://www.abrafi.org.br/index.php/site/noticiasnovo/ver/4373/educacao-superior> >Acesso em 26 Jan.2023.

VIANA, Nildo Silva. **Emancipação feminina e emancipação humana**. 2010.

WENSING, Guilherme Beckhäuser et al. **GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DA PARIDADE DE GÊNERO A PARTIR DO RELATÓRIO DO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL DE 2017**. Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade, v. 1, 2018. Disponível em:<  
<https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/AnaisDirH/article/download/4650/4248>  
>Acesso em 26 Jan.2023.

ZANLUCA, Júlio César. **A Consolidação Das Leis Do Trabalho – Clt**. Disponível em:< <http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/clt.htm> >Acesso em: 26 nov. 2021.

## **ANEXOS**

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Julia de Sousa Silva, concordo em conceder entrevista à **ANDRÉIA PAIVA DE CASTRO OLIVEIRA** estudante regularmente matriculado(a) no Curso: Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/Geografia da Universidade Federal do Maranhão para desenvolver uma pesquisa de conclusão de curso, intitulada: **A CONDIÇÃO DA MULHER NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E ESTUDO.**

Declaro estar ciente de que minha participação é voluntária e que fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos e procedimentos desta pesquisa.

Declaro, ainda, estar ciente de que por intermédio deste Termo são garantidos a mim os seguintes direitos: (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa; (2) ter ampla possibilidade de negar-me a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à minha integridade física, moral e social.

Grajaú - MA, 01 de 02 de 2022.

Julia de Sousa Silva

Assinatura do entrevistado

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Andréia Lousa Silva Rodrigues, concordo em conceder entrevista à **ANDRÉIA PAIVA DE CASTRO OLIVEIRA** estudante regularmente matriculado(a) no Curso: Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/Geografia da Universidade Federal do Maranhão para desenvolver uma pesquisa de conclusão de curso, intitulada: **A CONDIÇÃO DA MULHER NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E ESTUDO.**

Declaro estar ciente de que minha participação é voluntária e que fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos e procedimentos desta pesquisa.

Declaro, ainda, estar ciente de que por intermédio deste Termo são garantidos a mim os seguintes direitos: (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa; (2) ter ampla possibilidade de negar-me a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à minha integridade física, moral e social.

Grajaú - MA, 03 de 02 de 2022.

Andréia Lousa Silva Rodrigues.

**Assinatura do entrevistado**

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Mayra de Oliveira, concordo em conceder entrevista à **ANDRÉIA PAIVA DE CASTRO OLIVEIRA** estudante regularmente matriculado(a) no Curso: Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/Geografia da Universidade Federal do Maranhão para desenvolver uma pesquisa de conclusão de curso, intitulada: **A CONDIÇÃO DA MULHER NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E ESTUDO.**

Declaro estar ciente de que minha participação é voluntária e que fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos e procedimentos desta pesquisa.

Declaro, ainda, estar ciente de que por intermédio deste Termo são garantidos a mim os seguintes direitos: (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa; (2) ter ampla possibilidade de negar-me a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à minha integridade física, moral e social.

Grajaú - MA, 08 de 02 de 2022.

Mayra de Oliveira

Assinatura do entrevistado

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Ruth milena Paiva de Castro, concordo em conceder entrevista à **ANDRÉIA PAIVA DE CASTRO OLIVEIRA** estudante regularmente matriculado(a) no Curso: Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/Geografia da Universidade Federal do Maranhão para desenvolver uma pesquisa de conclusão de curso, intitulada: **A CONDIÇÃO DA MULHER NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E ESTUDO**.

Declaro estar ciente de que minha participação é voluntária e que fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos e procedimentos desta pesquisa.

Declaro, ainda, estar ciente de que por intermédio deste Termo são garantidos a mim os seguintes direitos: (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa; (2) ter ampla possibilidade de negar-me a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à minha integridade física, moral e social.

Grajaú – MA, 10 de 02 de 2022

Ruth milena Paiva de Castro

**Assinatura do entrevistado**

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Maria Raquel Paiva de Castro, concordo em conceder entrevista à **ANDRÉIA PAIVA DE CASTRO OLIVEIRA** estudante regularmente matriculado(a) no Curso: Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/Geografia da Universidade Federal do Maranhão para desenvolver uma pesquisa de conclusão de curso, intitulada: **A CONDIÇÃO DA MULHER NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E ESTUDO**.

Declaro estar ciente de que minha participação é voluntária e que fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos e procedimentos desta pesquisa.

Declaro, ainda, estar ciente de que por intermédio deste Termo são garantidos a mim os seguintes direitos: (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa; (2) ter ampla possibilidade de negar-me a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à minha integridade física, moral e social.

Grajaú – MA, 11 de 02 de 2022

Maria Raquel Paiva de Castro

**Assinatura do entrevistado**



## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.

### **QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE TCC**

#### **TEMA - A CONDIÇÃO DA MULHER NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E ESTUDO**

**Nome:** Bertha

**Escolaridade:** Especialização

**Profissão:** professora

**Idade:** ( ) entre 20 e 29 anos (x) 30 e 39 anos ( ) 40 e 49 anos ( ) 50 ou mais.

#### **1. Você considera que o Feminismo seja importante para a conquista de direitos das mulheres na sociedade?**

**R:** Sim, pois o movimento feminista prega a igualdade de direitos e isso contribui diretamente para a formação de uma sociedade justa e igualitária, onde as mulheres possam de fato exercer o direito à cidadania com autonomia e segurança, sem medo de sofrer represálias, injúrias e difamações.

#### **2. Como o Patriarcalismo influencia na ascensão da mulher na sua vida profissional?**

**R:** O patriarcalismo influencia de forma histórica e cultural na ascensão da mulher no mercado de trabalho, pois apesar do rompimento com os padrões impostos pela sociedade a mulher ainda encontra dificuldades de aceitação no mercado trabalhista, além de serem muitas vezes marginalizadas e condicionadas a posições enfraquecidas pela desigualdade de gênero.

#### **3. Como a escolaridade influencia para a conquista dos direitos da mulher?**

**R:** A escolaridade nos liberta da ignorância, nos qualifica para o mercado de trabalho, nos possibilita de ter participação na sociedade, além de minimizar os impactos causados pela desigualdade de gênero.

#### **4. Como você vê a situação da mulher no mercado de trabalho hoje em dia?**

**R:** Nós lutamos incansavelmente para desfazer as barreiras que ainda nos impedem de usufruir de direitos igualitários. Porém, ainda somos vítimas constantemente de situações machistas e discriminatórias dentro de nossas próprias áreas de atuação no trabalho.



**5. Mulheres são maioria no exercício da profissão docente. Como você compara o tratamento dado a mulheres e homens no ambiente de trabalho docente? (Mulheres e homens têm tratamento igual no ambiente de trabalho?)**

**R:** Apesar de a escola ser tida como um espaço democrático, eu vejo um tratamento diferenciado para homens e mulheres que atuam na área da docência, como por exemplo, na divisão dos componentes curriculares e também quando se refere as funções de maior qualificação, geralmente essas funções são atribuídas aos homens, já as mulheres são destinadas as funções de menor qualificação.

**6. A ascensão da Mulher na vida estudantil e no mercado de trabalho depende de fatores externos que determinam a sua permanência ou desistência na busca por seus objetivos.**

**a) Quais fatores você percebe que incentivam a permanência das mulheres nos estudos e no mercado de trabalho?**

**R:** Além da necessidade de mão de obra feminina no mercado de trabalho, a mulher também luta pela emancipação e pela conquista de seus direitos.

**b) Quais fatores você percebe que dificultam ou atrapalham a permanência das mulheres nos estudos e no mercado de trabalho?**

**R:** São vários os fatores que dificultam e atrapalham a permanência das mulheres nos estudos e no mercado de trabalho dentre eles eu posso citar a desigualdade de gênero e salarial, ambientes machistas e a dupla jornada também é um dos fatores que mais atrapalham o crescimento feminino.

**7. Você é a favor de políticas que viabilizem o ingresso da mulher na vida escolar e/ou profissional que garantam a sua permanência nos mesmos?**

**R:** Sim porque pensar em políticas que viabilizem o ingresso da mulher na vida escolar e profissional vem de encontro as propostas de um país democrático e justo.

**8. Como você percebe a questão da dupla jornada (laboral e doméstica) das mulheres que atuam na docência?**

**R:** Para as mulheres que atuam na docência, a dupla jornada não é nada fácil, pois, com a sobrecarga gerada pela dupla jornada, doméstica e profissional, as mulheres trabalhadoras sacrificam o que poderiam ser momentos de lazer, e a qualidade de vida devido as divisões desiguais dos afazeres domésticos afeta de maneira negativa a qualidade de vida e a vida profissional da mulher.

**9. O que podemos fazer para valorizar o trabalho feminino?**



**R:** A sociedade deve reconhecer que a mulher é um ser dotado de qualidades e que vem atuando de forma competente na realização das atribuições as quais lhes são dadas, mas o que podemos fazer hoje é continuar lutando pela conquista de nossos direitos.



**Nome:** Joana

**Escolaridade:** Cursando Ensino Superior

**Profissão:**

**Idade:** (x) entre 20 e 29 anos   ( ) 30 e 39 anos   ( ) 40 e 49 anos   ( ) 50 ou mais

**1. Você considera que o Feminismo seja importante para a conquista de direitos das mulheres na sociedade?**

**R:** Sim, tem grande importância, pois representa a busca por igualdade, não é somente uma forma de manifestação ou de repreensão de gênero como inferior ou superior, e sim uma igualdade. O feminismo tem elevado o pensamento igualitário do homem e da mulher, na luta por igualdade de gênero dentro da sociedade como um todo.

**2. Como o Patriarcalismo influencia na ascensão da mulher na sua vida profissional?**

**R:** Tem muita influência, tanto na vida profissional, quanto pessoal, no trabalho, sempre tive colegas homens, fazendo a mesma tarefa que eu, e recebendo mais, com carteira assinada e recebendo todos os direitos, sendo que tínhamos a mesma formação, e a mesma experiência. Na vida pessoal, esse papel é sempre pior, pois aos que eu tenho contato, é colocado o homem como o superior, aquele que sempre fala a última palavra da sala, eu apenas observo as que baixam a cabeça para essa cultura patriarcal enraizada até hoje em dia.

**3. Como a escolaridade influencia para a conquista dos direitos da mulher?**

**R:** Apesar de que a sociedade hoje em dia esteja ficando cada vez mais exigente quanto a escolaridade e experiência, ainda assim o homem é colocado na frente por ser alto proclamado como “autoridade” e “superior”. A mulher com certa escolaridade vai saber como lidar com essas desigualdades, pois ela vai ter plena consciência dos seus direitos de participar de todos os espaços sociais.

**4. Como você vê a situação da mulher no mercado de trabalho hoje em dia?**

**R:** A mulher tem ganhado mais espaço hoje em dia, mais ainda há um longo caminho pela frente, pois a sociedade ainda tem muito o pensamento da cultura patriarcal enraizada.



**5. Mulheres são maioria no exercício da profissão docente. Como você compara o tratamento dado a mulheres e homens no ambiente de trabalho docente? (Mulheres e homens têm tratamento igual no ambiente de trabalho?)**

**R:** Não é em todas as empresas empregadoras que tratam a mulher e o homem de forma igual, e apesar do trabalho ter os mesmos requisitos e as mesmas competências, ainda tem empresas que desmerecem o trabalho da mulher, apenas por ser mulher.

**6. A ascensão da Mulher na vida estudantil e no mercado de trabalho depende de fatores externos que determinam a sua permanência ou desistência na busca por seus objetivos.**

**a) Quais fatores você percebe que incentivam a permanência das mulheres nos estudos e no mercado de trabalho?**

**R:** Uma das questões por manter a mulher no ambiente de estudo e no mercado de trabalho, é a busca da mulher pela valorização e reconhecimento de seu trabalho como profissional, sua competência como pessoa, e não pelo seu gênero. A busca por igualdade, o direito de ser o que quiser, quando e onde quiser, sem ser desmerecida ou desvalorizada. A mulher tem se tornado mais ativa, e pela pressão de ter que provar seu valor a cada dia, por ter que competir com a “superioridade” imposta pelo homem, tem sido cada dia mais importante para desmitificar essa ideia errônea de superioridade e inferioridade imposta na sociedade.

**b) Quais fatores você percebe que dificultam ou atrapalham a permanência das mulheres nos estudos e no mercado de trabalho?**

**R:** São vários os fatores, como exemplo, a desvalorização da mulher pelo fato de generalizar o trabalho dela, a pressão que a mulher sofre pela sociedade por conta de estar se inserindo em um mercado que é autodominado por homens, assim a mulher é desmerecida e diminuída tanto como profissional e também como pessoa. O preconceito contra a mulher que busca conhecimento por direitos de igualdade.

**7. Você é a favor de políticas que viabilizem o ingresso da mulher na vida escolar e/ou profissional que garantam a sua permanência nos mesmos?**

**R:** Sim, é importante que existam tais políticas, e que essas tenham mais visibilidade, para alcançar ainda mais mulheres que ainda são reprimidas por conta de se sentirem sozinhas perante uma sociedade que massacra e diminui a mulher.

**8. Como você percebe a questão da dupla jornada (laboral e doméstica) das mulheres que atuam na docência?**

**R:** Essa dupla jornada é cansativa, a mulher além da pressão social, sofre com o desgaste emocional, mental e físico. Ela apenas por nascer mulher já é intitulada como um objeto



doméstico e cuidadora da casa, e ao entrar no espaço social e mercado de trabalho e escolar, além da pressão do dia-a-dia, é exaustivo, e ainda tem que competir por esses espaços com homens que nem ao menos às respeitam.

A mulher é dividida entre diversos espaços, e ainda tem que competir por todos, e na docência não é diferente, o tratamento é diferente, e não é um diferente bom, pois é vista como frágil, não tem mão firme, ou se altera a voz, é ignorante. A mulher é sempre taxada pelo simples fato de nascer mulher.

### **9.O que podemos fazer para valorizar o trabalho feminino?**

**R:** O primeiro passo é o autoconhecimento pessoal, com isso devemos tornar mais visíveis as políticas que garantem o espaço da mulher tanto no ambiente escolar como profissional, o segundo passo é não tratar o trabalho e o conhecimento da mulher de forma que generalizada.



**Nome:** Maria

**Escolaridade:** Especialização

**Profissão:** professora

**Idade:** (X) entre 20 e 29 anos ( ) 30 e 39 anos ( ) 40 e 49 anos ( ) 50 ou mais.

**1. Você considera que o Feminismo seja importante para a conquista de direitos das mulheres na sociedade?**

R: Sim, pois fortalece democraticamente a luta por nossos direitos.

**2. Como o Patriarcalismo influencia na ascensão da mulher na sua vida profissional?**

R: A mulher é uma figura feminina que muitas vezes além de ser uma profissional é filha, mãe, dona de casa, esposa, e querendo ou não, são fatores que acabam influenciando a vida profissional da mulher porque o mercado de trabalho não desconsidera algumas situações que acabam acarretando uma demissão, desistência, e até mesmo em outros casos a evasão escolar.

**3. Como a escolaridade influencia para a conquista dos direitos da mulher?**

R: Escolaridade influência de forma positiva, as mulheres hoje estão buscando novos conhecimentos se profissionalizando para estarem aptas a exercerem funções que antes apenas homens poderia estar exercendo e é através da escolaridade que temos conhecimentos dos nossos direitos.

**4. Como você vê a situação da mulher no mercado de trabalho hoje em dia?**



**R:** Hoje em dia a mulher ainda não está 100% inserida no mercado de trabalho apesar dessa situação ter evoluído bastante ainda temos sim exclusão de pessoas no mercado de trabalho por ser do sexo feminino.

**5. Mulheres são maioria no exercício da profissão docente. Como você compara o tratamento dado a mulheres e homens no ambiente de trabalho docente? (Mulheres e homens têm tratamento igual no ambiente de trabalho?)**

**R:** O tratamento dado entre mulheres e homens depende muito da hierarquia no grupo docente, em alguns casos quando essa hierarquia é formada por homens se vê descasos com mulheres.

**6. A ascensão da Mulher na vida estudantil e no mercado de trabalho depende de fatores externos que determinam a sua permanência ou desistência na busca por seus objetivos.**

**a) Quais fatores você percebe que incentivam a permanência das mulheres nos estudos e no mercado de trabalho?**

**R:** A busca pela independência e o reconhecimento no mercado de trabalho.

**b) Quais fatores você percebe que dificultam ou atrapalham a permanência das mulheres nos estudos e no mercado de trabalho?**

**R:** A falta de apoio do núcleo familiar e a falta de compreensão, a falta de tolerância e a insensibilidade dos centros educacionais e empresas que não viabilizam estratégias para acolher as mulheres que são filhas esposas donas de casa e mães.

**7. Você é a favor de políticas que viabilizem o ingresso da mulher na vida escolar e/ou profissional que garantam a sua permanência nos mesmos?**

**R:** Desde sempre a mulher teve essas dificuldades de ingressar e de permanecer por motivos que sempre a mulher teve essa via de mão dupla, a vida profissional e a vida de doméstica, apesar de hoje está mudando um pouco mais, mas a mulher ela sempre teve por obrigação a vida doméstica. Hoje essa questão está sendo um pouco esquecida, em alguns casos, está até se invertendo, como hoje alguns homens ficam em casa e as mulheres saem para trabalhar, mas em outros casos, ainda acontece de a mulher ter que sair para trabalhar e ter que cuidar dos afazeres domésticos, e aí a gente tem a questão da escola também, então as mulheres precisam se “rebolar” para dar conta, levando em conta que ela tenha múltiplas funções e é menos favorecida ainda no mercado de trabalho que os homens. Algumas são incompreendidas e outras já chegaram até ser demitidas por motivos pessoais, por ser mãe, por precisar sair correndo do trabalho para cuidar do filho doente, por ser filha e precisar cuidar dos pais, algumas mulheres no mercado de trabalho elas cuidam dos pais idosos.



Então, essas questões precisam ser discutidas, não estou dizendo que elas precisam ser favorecidas e ter mais privilégios, mas em algumas situações precisa ser levadas em conta a questão de horários, a mulher é que leva os filhos ao dentista, a mulher é que leva os filhos na escola, é a mulher que cuida e leva no médico, e por essas e outras situações acabam que muitas vezes a mulher interrompe a carreira profissional muito cedo, assim também como a vida escolar, a mulher precisa estudar, precisa daquele tempo.

E ainda há essas situações, e as instituições de ensino, assim como, as empresas elas precisam discutir políticas estratégicas para que isso não ocorra, porque querendo ou não a mulher sempre será uma figura materna, sempre terá essas questões domésticas. Mas que a sociedade precisa entender que a mulher também é profissional, é estudante. E aí eles precisam chegar em comum acordo para que a mulher possa permanecer na vida escolar e também na vida profissional.

### **8. Como você percebe a questão da dupla jornada (laboral e doméstica) das mulheres que atuam na docência?**

**R:** É uma tarefa árdua que muitas vezes dá para conciliar o doméstico com o serviço profissional, porém, ainda há muitas controvérsias quando nós falamos de maternidade, da licença maternidade no serviço, de alguns outros como profissional e estudantil quando a mulher também estuda. Em relação a ser mãe e ser profissional o que eu tenho a dizer que há controversas em relação de início a licença-maternidade que em algumas empresas são 90 dias, outros são 120 dias, inclusive será pauta de uma assembleia do sindicato da educação aqui de Grajaú, referente à licença-maternidade, segundo o Ministério da Saúde, a mãe tem que amamentar exclusivamente com leite materno até os 6 meses de vida da criança. E aí a gente chega nas nossas empresas e instituições de ensino e você tem apenas os 90 dias ou 120 dias de licença maternidade, como que eu vou fazer para garantir que meu filho vai amamentar exclusivamente leite materno até os 6 meses de vida? Então, é essas questões é o que ainda torna muito difícil a vida profissional da mulher.

Eu falo na minha experiência de mãe, essas foram umas das maiores dificuldades que eu tive, “ah mas tira o leite guarda”, mas como que eu vou conciliar o tempo de cuidar da criança, e tirar ele para guardar, de trabalhar, de buscar dar o meu melhor no meu serviço, e entre outras tarefas que existem? E não é só isso, então essas são umas das principais questões, fora outras que ainda estão querendo ou não, atrapalhando a vida profissional da mulher.

Na vida docente, nós já tivemos grandes conquistas, hoje se olha em um grupo de 10 professores 9 são mulheres, estamos em um grande número dentro da educação, conseguimos conquistar esse mérito, mas ainda sofremos muita discriminação, falta de compreensão, falta de empatia, por alguns colegas do sexo masculino que estão à frente das nossas escolas, secretarias, que por sua vez não compreendem que o papel da mulher profissional também não deixa de lado que a mulher também é muitas vezes dona de casa, mãe ou filha que cuida dos pais, e por ser uma figura masculina e está à frente de uma escola muitas vezes é indiferente com a situação, não compreende, não tem empatia, e às vezes fica difícil tentar conciliar essa vida doméstica, de mãe, de filha, de esposa, dona de casa, e ser uma profissional que por diversas vezes são taxadas de que não quer trabalhar ou que não precisa, mas nós temos múltiplas funções, querendo ou



não, a mulher ela nasceu com esse dom de exercer várias funções ao mesmo tempo. E graças a Deus né! porque se não fosse essa habilidade não sei o que seríamos de nós.

### **9.O que podemos fazer para valorizar o trabalho feminino?**

**R:** Buscar estratégias que viabilizem a valorização da mulher como profissional como cursos profissionalizantes em tempos e horários adequados para sua vida dupla de profissional e doméstica.

**Nome:** Marielly

**Escolaridade:** Cursando Ensino Superior

**Profissão:** Dona de casa e universitária

**Idade:** (X) entre 20 e 29 anos ( ) 30 e 39 anos ( ) 40 e 49 anos ( ) 50 ou mais.

**1.Você considera que o Feminismo seja importante para a conquista de direitos das mulheres na sociedade?**

**R:** Sim, porque através dele traz conhecimento e entendimento e desperta em nós reflexões que através dele podemos se unir e lutar pelos nossos direitos.

**2.Como o Patriarcalismo influencia na ascensão da mulher na sua vida profissional?**



**R:** Ele atrapalha sim, porque está enraizado desde o início dos tempos na nossa sociedade que a mulher no primeiro momento ela só serviu para gerar filhos e para cuidar da casa, fazer os trabalhos domésticos. De um tempo pra cá que ela vem ingressando no mercado de trabalho, só que, ele atrapalha por conta dessa visão, e aí tem muita gente, muito homem machista ainda que acha que a mulher é pra ficar em casa esquentando a barriga no pé do fogão.

### **3. Como a escolaridade influencia para a conquista dos direitos da mulher?**

**R:** Eu diria que é de suma importância, porque é através do conhecimento que a gente vai questionar a sociedade que a gente vive e vai correr em busca dos nossos direitos.

### **4. Como você vê a situação da mulher no mercado de trabalho hoje em dia?**

**R:** Eu vejo como uma situação triste, que a gente ainda precisa lutar muito ainda para conseguir de fato que a gente exerça os nossos direitos, porque a gente conquistou alguns e ainda temos que conquistar outros, só que o que a gente já conquistou às vezes não é respeitado por quê quando a gente vai para uma entrevista de trabalho, e principalmente quando temos filhos, a primeira coisa que eles perguntam a preocupação deles é se tem filhos, e com quem esses filhos vão ficar, e quando é o homem que vai não tem essa pergunta e aí já começa essa disparidade entre o homem e a mulher, então é o homem que vai conseguir aquela vaga de emprego e não mulher, justamente por isso.

### **5. Mulheres são maioria no exercício da profissão docente. Como você compara o tratamento dado a mulheres e homens no ambiente de trabalho docente? (Mulheres e homens têm tratamento igual no ambiente de trabalho?)**

**R:** Há uma enorme diferença de tratamento, principalmente de inferioridade, o homem sempre é tratado melhor do que a mulher no mercado de trabalho, porque tem aquela visão de que a mulher está no lugar errado, como se estivesse roubando a oportunidade de outro homem, e homem não menstrua, o homem não engravida, e eu acho que é devido a isso que tem essa questão do tratamento inferior do homem para mulher.

### **6. A ascensão da Mulher na vida estudantil e no mercado de trabalho depende de fatores externos que determinam a sua permanência ou desistência na busca por seus objetivos.**

#### **a) Quais fatores você percebe que incentivam a permanência das mulheres nos estudos e no mercado de trabalho?**

**R:** No meu caso, em primeiro lugar o que me incentiva a continuar estudando apesar dos traumas é a questão dos meus filhos, e melhorar as condições de vida minha e deles, outra coisa que me incentiva bastante é uma rede de apoio, porque quando a gente tem ajuda a carga fica mais leve com certeza, a questão da estabilidade financeira também é um incentivo.



**b) Quais fatores você percebe que dificultam ou atrapalham a permanência das mulheres nos estudos e no mercado de trabalho?**

**R:** Bom, as dificuldades são quase que os mesmos incentivos, porque sem a rede de apoio não tem como uma mãe continuar estudando tem a questão financeira também incentiva porque quando a mulher tem filhos e tem que buscar um emprego, isso se torna ainda mais difícil para ela continuar nos estudos.

**7. Você é a favor de políticas que viabilizem o ingresso da mulher na vida escolar e/ou profissional que garantam a sua permanência nos mesmos?**

**R:** Sim, eu acho que tem uma carência muito grande em relação a surgir políticas em prol disso porque seria de grande importância, porque garantiria os direitos de muitas mulheres a ir em busca de ingressar no mercado de trabalho e ter independência financeira, que de certa forma, essa dependência financeira que faz muitas mulheres ficarem em relacionamentos abusivos.

**8. Como você percebe a questão da dupla jornada (laboral e doméstica) das mulheres que atuam na docência?**

**R:** Eu vejo que é exaustiva, principalmente quando a mulher tem filho e ela não tem uma rede de apoio e ela tem que se virar sozinha para poder dar conta de tudo, entre aspas, porque ninguém nunca dá conta de tudo.

**9. O que podemos fazer para valorizar o trabalho feminino?**

**R:** Incentivar, ajudar quando a gente puder, incentivar essa mulher a estudar, a ingressar no mercado de trabalho, quando ela tiver filho ajudar dando alguma contribuição e dá o apoio que ela necessita.

**Nome:** Nísia

**Escolaridade:** Mestrado



**Profissão:** professora

**Idade:** (X) entre 20 e 29 anos ( ) 30 e 39 anos ( ) 40 e 49 anos ( ) 50 ou mais.

**1. Você considera que o Feminismo seja importante para a conquista de direitos das mulheres na sociedade?**

**R:** Certamente. Somente a partir do surgimento do movimento feminista é que a maioria dos direitos da mulher foram assegurados, tais como o direito de estudar, o direito do voto, a participação ativa das mulheres na política e no mercado de trabalho, dentre outros. Esse movimento contribuiu e contribui até hoje para que haja o protagonismo e o emponderamento feminino dentro da sociedade, a fim de que ela seja tratada como sujeito e não objeto.

**2. Como o Patriarcalismo influencia na ascensão da mulher na sua vida profissional?**

**R:** Influencia negativamente, uma vez que vivemos em uma sociedade machista que apresenta a mulher como “sexo frágil” desvalorizando o seu real potencial. É muito raro vermos postos altos de empresa, como gerência ou cargos semelhantes ocupados por mulheres. Isso porque o homem ainda se apresenta como o ser que transmite confiança e credibilidade. Uma visão extremamente ultrapassada, mais ainda comum no nosso país.

**3. Como a escolaridade influencia para a conquista dos direitos da mulher?**

**R:** Através dos estudos conseguimos romper várias barreiras, inclusive a da cultura machista. Digo isto, porque o machismo não se limita apenas ao homem, existem muitas, muitas mulheres machistas, mães, tias, avós... A oportunidade de desmistificar esses conceitos pré-estabelecidos, dar-se, então com a escolarização, onde conseguimos compreender importância do papel da mulher na sociedade e, sobretudo, a necessidade da luta contínua pela conquista dos seus direitos. Desse modo, o estudo apresenta-se como o principal responsável por essa quebra de paradigma, já que somos partícipes de famílias patriarcalistas que nos limitam desde crianças.

**4. Como você vê a situação da mulher no mercado de trabalho hoje em dia?**

**R:** Apesar de a situação da mulher ser bem diferente de 1800, por exemplo, a situação da mulher no mercado de trabalho ainda precisa avançar bastante. Há muitos casos de mulheres que, ao serem contratadas recebem salários inferiores aos dos homens. Em outros casos, há aquelas que não são contratadas por terem filhos pequenos, por estarem grávidas, enfim, por serem mulheres. Isso porque a responsabilidade “dos cuidados da casa” ainda é imposta somente as mulheres, e influência até mesmo na hora da busca por um emprego.



**5. Mulheres são maioria no exercício da profissão docente. Como você compara o tratamento dado a mulheres e homens no ambiente de trabalho docente? (Mulheres e homens têm tratamento igual no ambiente de trabalho?)**

**R:** A profissão de professora foi umas das primeiras oportunidades de trabalho para a mulher fora de casa, por esse motivo tem-se essa visão que este seja um trabalho mais feminino, sobretudo nas turmas de educação infantil. Com relação ao tratamento no ambiente de trabalho, o que se percebe é que a mulher sempre fica mais expostas e vulnerável seja qual for o público que atenta, mas isso diz mais sobre o perfil de quem é atendido do que quem presta o serviço, necessariamente.

**6. A ascensão da Mulher na vida estudantil e no mercado de trabalho depende de fatores externos que determinam a sua permanência ou desistência na busca por seus objetivos.**

**a) Quais fatores você percebe que incentivam a permanência das mulheres nos estudos e no mercado de trabalho?**

**R:** O desejo da autonomia, da liberdade financeira, da ascensão social e, sobretudo da conquista do respeito da sociedade.

**b) Quais fatores você percebe que dificultam ou atrapalham a permanência das mulheres nos estudos e no mercado de trabalho?**

**R:** Elencando os mais relevantes pode-se citar o fato de constituir uma família e com ela a sobrecarga de responsabilidades com casa, filhos, marido, a falta de apoio dos familiares ou do cônjuge (principalmente deste), o assédio constante nestes ambientes e, às vezes, o sentimento de impotência devido à desvalorização que sofre por ser mulher.

**7. Você é a favor de políticas que viabilizem o ingresso da mulher na vida escolar e/ou profissional que garantam a sua permanência nos mesmos?**

**R:** Com certeza. Isso é uma forma de promover a equidade já que as mesmas têm muito mais dificuldades nestes quesitos, principalmente na vida profissional.

**8. Como você percebe a questão da dupla jornada (laboral e doméstica) das mulheres que atuam na docência?**

**R:** O que se percebe são as cobranças constantes todos os lados. Muitas vezes a mulher é sujeitada a fazer escolhas profissionais para evitar a instabilidade na vida pessoal e o contrário também acontece. É raro você encontrar uma mulher que tenha uma alta patente no trabalho ou uma carga horária extensiva casada, tudo por conta da falta de colaboração, de companheirismo e de compreensão, sentimentos tão comuns a mulheres que possuem cônjuges que trabalham sob estes quesitos. E assim, por muitas vezes, a mulher vai perdendo oportunidades e limitando



o seu potencial para se adequar as conveniências de uma sociedade machista, seja na docência ou em quaisquer outras áreas profissionais.

### **9.O que podemos fazer para valorizar o trabalho feminino?**

**R:** É necessário a compreensão de que, nós, mulheres, não somos inferiores por pertencermos ao gênero feminino e, é inaceitável que nos façam pensar o contrário, nós podemos ser o que quisermos ser, e chegar a lugares inimagináveis, basta lutar e persistir pelos nossos objetivos. Também é preciso valorizar o movimento Feminista que assegura o protagonismo e o empoderamento de todas as mulheres e nos transmitem maior segurança no alcance dos nossos direitos, fazendo-nos valorizar as conquistas ao longo dos tempos, imprescindíveis para a nossa autonomia, na certeza de que a luta não pode parar.